



COMPARAR
PARACRESCER

SNAPSHOT ANUAL CRESCER SEM CONVERGIR

Portugal criou emprego e cresceu acima da média europeia, mas continua a ficar para trás na produtividade

SETEMBRO 2026

BRP

ASSOCIAÇÃO
BUSINESS
ROUNDTABLE
PORTUGAL

ABRP.PT
COMPARARPARACRESCER.PT

RESUMO EXECUTIVO

PORTUGAL CRIOU EMPREGO, MAS NÃO CONVERGIU EM PRODUTIVIDADE

Portugal atingiu, em 2025, um máximo histórico de mais de cinco milhões de pessoas empregadas. A taxa de emprego aumentou de 63,4%, em 2013, para 79,6%, em 2025, superando a média da União Europeia, de 76,1%, e dos países concorrentes, de 76,7%.

Este dinamismo não se traduziu numa melhoria equivalente da produtividade. Em 2025, o valor gerado por hora trabalhada em Portugal correspondia a 66,9% da média da União Europeia, abaixo dos 67,6% registados em 2000.

No mesmo período, os países concorrentes aproximaram-se da média europeia. Portugal passou, assim, da 17.ª para a 24.ª posição entre os 27 Estados-Membros.

O crescimento português assentou sobretudo na mobilização de mais trabalho e menos no aumento do valor gerado por cada trabalhador. Perante o envelhecimento demográfico e uma situação próxima do pleno emprego, este modelo enfrenta limites claros.

 EMPREGO 2025 79,6% Taxa de emprego 63,4% em 2013 UE: 76,1% em 2025	 PRODUTIVIDADE 2025 66,9% Da média da UE por hora trabalhada 67,6% em 2000 24º Ranking UE da produtividade 17º em 2000	
 INVESTIMENTO 2011-2025 >42% do PIB Diferencial acumulado face à média da UE Acumulado ao longo de 15 anos	 SALÁRIO MÍNIMO 2024 21% Dos contratos por conta de outrem Cerca de 5% em 2002	 VAB POR TRABALHADOR 2024 61,8 mil€ vs. 30,2 mil€ TIC vs. serviços empresariais TIC: +81 mil empregos desde 2011

O crescimento futuro dependerá cada vez mais do investimento, da incorporação de tecnologia, das qualificações, da escala das empresas e da capacidade de orientar recursos para atividades de maior valor acrescentado.

QUATRO BLOQUEIOS IMPEDEM UMA CONVERGÊNCIA SUSTENTADA

1. Investimento insuficiente e erosão da base de capital

Portugal investiu sistematicamente abaixo da média europeia durante os últimos 15 anos. Em 2025, o investimento total representou 20,7% do PIB, abaixo dos 21,3% da UE e muito abaixo de várias economias europeias mais dinâmicas. O investimento público recuperou, situando-se nos 3% do PIB, mas permaneceu abaixo do nível de investimento médio de 4% na UE e nos países concorrentes. Também o investimento em investigação e desenvolvimento, de 1,1% do PIB em 2024, continuou aquém dos 1,5% da média europeia.

O investimento direto estrangeiro constitui um sinal positivo: os fluxos líquidos atingiram 4,3% do PIB em 2024, acima dos 1,5% da União Europeia. Contudo, este desempenho não compensa o défice acumulado de investimento nem garante, por si só, uma alteração estrutural da economia. O desafio consiste em aumentar o capital produtivo por trabalhador e direcionar o investimento para tecnologia, inovação, automação, infraestruturas e atividades com maior capacidade de criação de valor.

2. Pleno emprego, mas sem progressão equivalente da produtividade e com forte compressão salarial

A taxa de emprego atingiu 79,6% em 2025, acima da média europeia. A imigração respondeu a necessidades reais do mercado de trabalho e contribuiu para o crescimento da economia. Contudo, as entradas concentraram-se sobretudo nas atividades administrativas, alojamento e restauração, agricultura e construção — setores que, em geral, apresentam menor produtividade.

Paralelamente, Portugal continua a perder uma parte relevante da população jovem e qualificada. O desafio não consiste apenas em atrair mais trabalhadores, mas em criar condições para que os jovens portugueses queiram permanecer ou regressar e construir carreiras de maior valor no país.

A compressão salarial constitui outro sinal do mesmo problema. Em 2024, cerca de um em cada cinco contratos por conta de outrem tinha uma remuneração igual ao salário mínimo. A forte tributação marginal sobre a progressão salarial agrava esta situação: perante um aumento de 150 euros no salário bruto, apenas cerca de 37% do custo adicional suportado pela empresa chega ao trabalhador.

3. O emprego cresceu sobretudo em setores menos produtivos e mantém-se a preponderância de microempresas

A indústria mantém uma posição central na economia portuguesa: representa 20,4% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) empresarial e metade das exportações, com cerca de 635 mil trabalhadores. As tecnologias da informação e comunicação (TIC) também demonstram que é possível conciliar crescimento do emprego, produtividade elevada e maior capacidade remuneratória.

Contudo, uma parte significativa dos novos empregos foi criada em setores intensivos em mão de obra e com menor VAB por trabalhador. Os serviços empresariais criaram cerca de 154 mil empregos desde 2011, mas geram apenas 30,2 mil euros de VAB por trabalhador, menos de metade dos 61,8 mil euros registados nas TIC. O setor do alojamento e restauração criou aproximadamente 128 mil empregos, mas apresenta um VAB por trabalhador 35% inferior à média.

A reduzida dimensão das empresas reforça este bloqueio. As microempresas representam mais de 93% do tecido empresarial, enquanto apenas 0,3% das empresas são grandes. O VAB por trabalhador nas grandes empresas atinge 63 mil euros, face a 26 mil euros nas microempresas. Empresas maiores dispõem, em geral, de maior capacidade para investir, incorporar tecnologia, internacionalizar-se e pagar melhores salários.

4. Burocracia e energia penalizam o investimento e a competitividade

Processos de licenciamento longos, exigências documentais redundantes, multiplicação de pareceres, incerteza regulatória e morosidade da justiça aumentam o risco e reduzem a rendibilidade esperada dos projetos. Estes obstáculos afetam o investimento privado e limitam a capacidade de execução do próprio Estado, mesmo quando existem recursos financeiros disponíveis.

Em paralelo, Portugal precisa de assegurar custos energéticos competitivos e previsíveis, disponibilidade e qualidade da energia, infraestruturas robustas e processos administrativos mais rápidos. Esta necessidade varia conforme o tipo de energia -

eletricidade, gás natural e combustíveis - e tem impactos particularmente relevantes na indústria, nos transportes e na logística.

A competitividade energética também condiciona a capacidade de atrair investimentos tecnológicos, como centros de dados, inteligência artificial e serviços de *cloud computing*. O acesso a energia limpa não é suficiente: é necessário garantir potência, estabilidade, redes adequadas, ligações em tempo útil e custos comparáveis aos suportados nos países concorrentes.

AS SOLUÇÕES SÃO CONHECIDAS; FALTA EXECUTAR!

1. **Aumentar o investimento e o capital por trabalhador**, com prioridade a ativos produtivos, investigação e desenvolvimento, digitalização, automação, infraestruturas e capacidade exportadora.
2. **Reter talento e criar carreiras de maior valor**, através da redução da carga fiscal sobre o trabalho, da qualificação em contexto empresarial e de uma integração mais qualificada dos trabalhadores estrangeiros.
3. **Aumentar o peso dos setores mais produtivos**, reforçando a indústria, a tecnologia e outras atividades intensivas em conhecimento.
4. **Ajudar as empresas a ganhar escala**, removendo barreiras fiscais, regulatórias e financeiras que penalizam o crescimento empresarial.

5. Transformar o Estado num facilitador previsível, privilegiando a comunicação prévia, o deferimento tácito, a fiscalização posterior baseada no risco, os prazos vinculativos e uma maior responsabilização pela execução.

6. Adotar uma política energética integrada, que assegure custos comparáveis aos dos concorrentes, estabilidade regulatória, infraestruturas adequadas e licenciamentos e ligações mais ágeis.

Portugal já demonstrou capacidade para criar emprego e crescer acima da média europeia. O desafio da próxima década é

transformar esse dinamismo em mais valor por trabalhador, empresas com maior escala, melhores salários e uma convergência sustentada com as economias europeias mais desenvolvidas.

Nota sobre os dados: a revisão das estimativas da população pelo INE elevou a população residente para cerca de 11,4 milhões de pessoas. Há um largo consenso de que a revisão do PIB não será proporcional ao aumento da população, pelo que o PIB per capita deverá ser revisto em baixa. Mas a dimensão do impacto e a posição relativa de Portugal só poderão ser avaliadas após a revisão das contas nacionais e dos indicadores associados, anunciada apenas para fevereiro / março de 2027.

ÍNDICE

Clique num tema ou utilize a barra no rodapé das páginas para navegar.

1. PRODUTIVIDADE: QUANTIDADE NEM SEMPRE CORRESPONDE A QUALIDADE 7

- 1.1. O emprego cresceu, mas a produtividade não acompanhou 7
- 1.2. As dúvidas colocadas pela revisão das estatísticas da população 10

2. QUAIS SÃO OS QUATRO PRINCIPAIS BLOQUEIOS À PRODUTIVIDADE? 11

- 2.1. Investimento insuficiente e erosão da base de capital 11
 - 2.1.1. O investimento público recuperou, mas continua insuficiente 13
 - 2.1.2. O investimento privado continua limitado pela baixa escala e pelos custos de contexto 14
 - 2.1.3. O Investimento Direto Estrangeiro é um ponto positivo 15
- 2.2. Mercado de trabalho: pleno emprego, mas... 17
 - 2.2.1. Mais emprego, imigração e emigração: dinamismo com limites produtivos 17
 - 2.2.2. Compressão salarial: sintoma da baixa produtividade e da estrutura produtiva 21
- 2.3. Perfil empresarial: setores mais produtivos, com maior valor acrescentado e empresas de maior dimensão têm de ganhar relevância 23
 - 2.3.1. Emprego e crescimento assentes em setores menos produtivos condicionam a produtividade agregada 23
 - 2.3.2. Reduzida dimensão das empresas portuguesas limita a produtividade e os salários 27
- 2.4. Custos de contexto 28
 - 2.4.1. Burocracia (em excesso) penaliza o investimento produtivo e reduz a competitividade 28
 - 2.4.2. Energia: fator crítico de competitividade da indústria portuguesa e potenciador do investimento tecnológico no país 29
 - Eletricidade 30
 - Gás Natural 32
 - Crude e combustíveis 33

3. AS SOLUÇÕES SÃO CONHECIDAS; FALTA EXECUTAR! 36

1

PRODUTIVIDADE: QUANTIDADE NEM SEMPRE CORRESPONDE A QUALIDADE

Na última década, Portugal tem-se caracterizado por um bom ritmo de crescimento do PIB, com um crescimento acumulado de 26%, superior mesmo à média europeia (19,3%) e dos países concorrentes (23,6%).

Crescimento do PIB real 2015-2025 (%)



Para além disso, no mesmo período, também se observou um forte crescimento do emprego que, em 2025, atingiu um máximo histórico, acima de cinco milhões de pessoas. O resultado tem sido um processo de crescimento mais assente na quantidade de trabalho e menos no valor gerado, pon-do em causa a convergência com a média europeia quando considerado o valor gerado por habitante ou per capita.

Este crescimento é positivo, mas coloca uma questão essencial: se Portugal já conseguiu mobilizar mais trabalho, porque é que ainda não conseguiu gerar mais valor por hora trabalhada e aproximar-se de forma sustentada da média europeia?

Se Portugal já conseguiu mobilizar mais trabalho, porque é que ainda não conseguiu gerar mais valor por hora trabalhada e aproximar-se de forma sustentada da média europeia?

1.1. O EMPREGO CRESCOU, MAS A PRODUTIVIDADE NÃO ACOMPANHOU

Em 2025, a produtividade do trabalho por hora trabalhada, medida em paridade do poder de compra, correspondeu a 66,9% da média europeia. E, analisando a evolução desde 2000, verifica-se que não existiu qualquer convergência, tendo até este indicador diminuído face aos 67,6% do início do

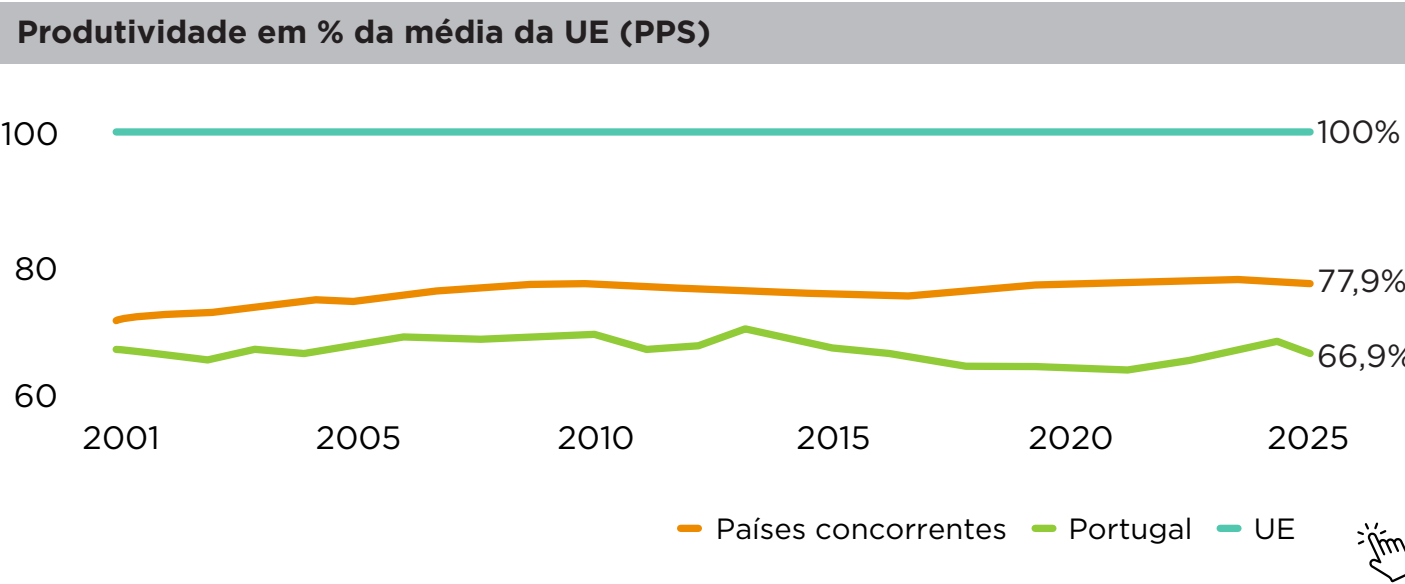
Para consultar mais dados, clique nos gráficos Comparar para Crescer em cada um dos temas do Snapshot.

ÍNDICE

1. PRODUTIVIDADE

2. PRINCIPAIS BLOQUEIOS

3. AS SOLUÇÕES



século. Já os países concorrentes (que em 2000 tinham uma produtividade média de 71,6%) aproximaram-se da média europeia, atingindo os 77,9% em 2025.

Em termos relativos, a posição de Portugal no ranking da produtividade por hora trabalhada deteriorou-se marcadamente desde 2000, caindo da 17.ª para a 24.ª posição entre os 27 estados-membros da União Europeia.

Com efeito, várias economias da Europa Central e de Leste ganharam terreno de forma expressiva, incluindo a Estónia, a Polónia, a República Checa e a Hungria. Portugal foi assim ultrapassado por economias que partiram de níveis semelhantes ou inferiores e que integraram cadeias de valor industriais e de serviços com maior intensidade de capital num forte movimento de investimento estrangeiro após a sua adesão à União Europeia em 2004.

Em termos relativos, a posição de Portugal no ranking da produtividade por hora trabalhada deteriorou-se marcadamente desde 2000, caindo da 17.ª para a 24.ª posição entre os 27 estados-membros da União Europeia.

A evolução recente confirma a necessidade de uma alteração do modelo económico. O Banco de Portugal, no Boletim Económico de junho de 2026¹, estima que, em 2025, o PIB real tenha crescido 1,9% e o emprego 2,3%, o que implica uma queda de 0,4% do PIB por trabalhador.

As projeções do Banco de Portugal apontam para uma retoma moderada da produtividade por trabalhador em 2026-2028, assente numa economia com crescimento mais limitado do emprego e maior contributo do capital humano. A produtividade deve ser entendida, pelos agentes políticos e demais stakeholders, como a variável de referência para a sustentabilidade do crescimento económico, salários, investimento e contas públicas.

1. <https://www.bportugal.pt/publicacao/boletim-economico-junho-2026>

Produtividade por hora trabalhada Fonte: Ameco



Uma análise mais detalhada, considerando os principais países concorrentes de Portugal ou diferentes períodos, não altera as conclusões.

Comparando com os países concorrentes individualmente, verifica-se que Portugal teve uma evolução similar à de Espanha, e francamente melhor do que a Itália ou a Grécia.

Mas a produtividade em Espanha é muito superior à portuguesa, correspondendo a 96% da média europeia, enquanto Itália, com uma produtividade similar à espanhola, enfrenta fortes desafios de crescimento.

Torna-se imperativo também avaliar a evolução e a convergência (ou não) de Portugal

em diferentes períodos, pois as duas últimas décadas foram marcadas por várias crises económicas e financeiras, com diferentes impactos entre países, assim como por choques exógenos globais, como a pandemia.

No período 2000-2010, a produtividade em Portugal teve um ligeiro aumento, em contraste com o forte crescimento observado nos países da Europa Central e de Leste, coincidente com a sua adesão à União Europeia e o já referido forte fluxo de investimento direto estrangeiro, nomeadamente alemão.

O período de 2010 a 2015 ficou caracterizado pela Crise das Dívidas Soberanas, na Europa, com a adoção de medidas restritivas de ajustamento orçamental, mais marcadamente nos países com programas de ajustamento (como Portugal e Grécia), os quais se traduziram num contexto recessivo, contribuindo para uma deterioração da produtividade.

Já o período de 2015-2019, posteriormente retomado após a pandemia, em 2021, e que marcou a fase de recuperação pós-ajustamento, não se traduziu em convergência da produtividade nacional, bem pelo contrário. Durante este período, o crescimento do PIB foi acompanhado de um aumento do emprego, tanto de nacionais como de estrangeiros, tendo esta tendência sido validada pelos dados de população residente revistos já em 2026 pelo INE.

Em resumo, podemos concluir que, apesar do elevado volume de fundos europeus, por um lado, e da transformação induzida pelo programa de ajustamento, por outro, não houve uma descolagem da produtivi-

dade nacional nem uma convergência face à média europeia.

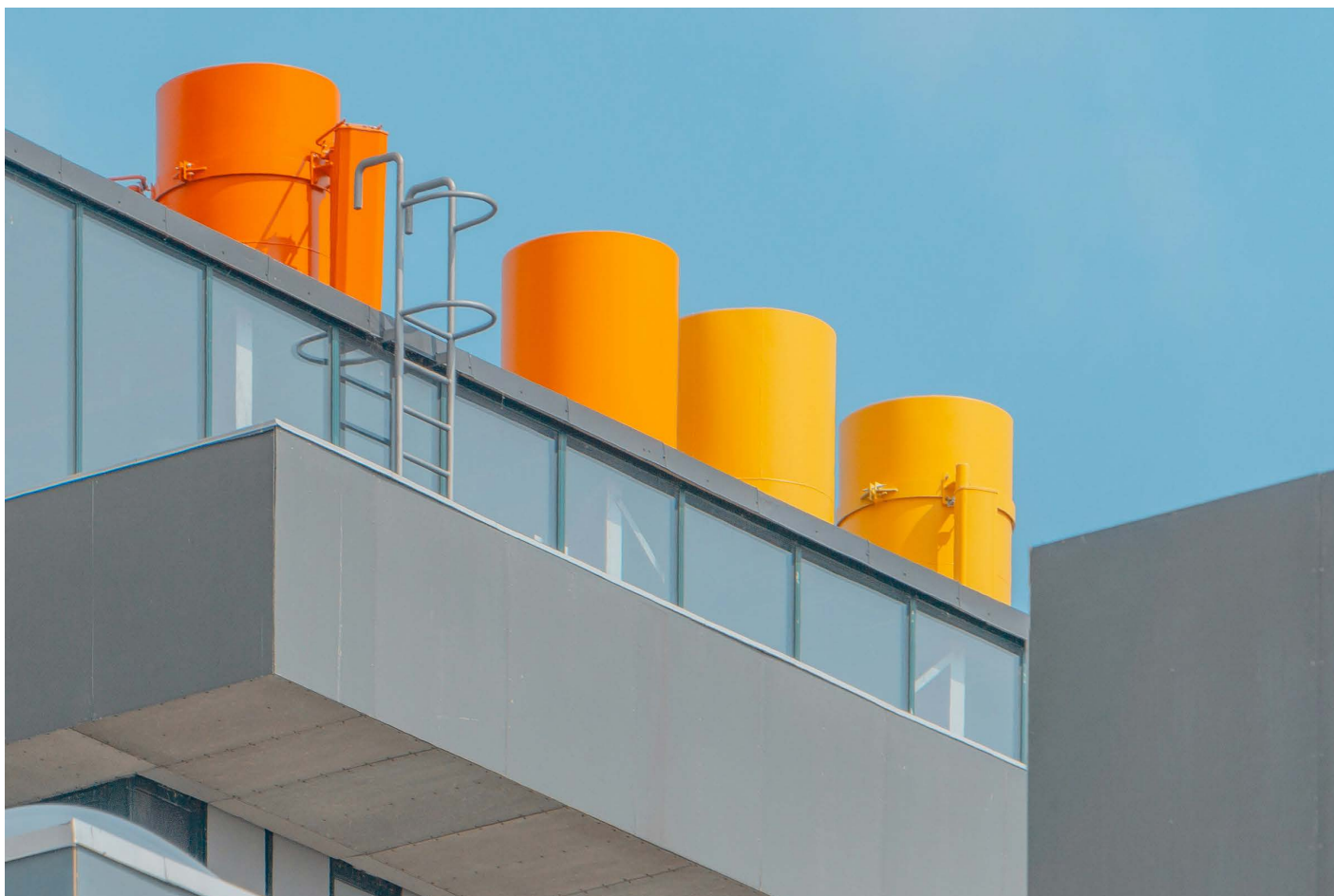
Há um largo consenso de que a revisão do PIB não será proporcional ao aumento da população, pelo que o PIB per capita deverá ser revisto em baixa

1.2. AS DÚVIDAS COLOCADAS PELA REVISÃO DAS ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO

Em junho de 2026, foram conhecidos novos dados sobre a imigração em Portugal, com a inclusão de informação administrativa de várias entidades públicas, o que elevou o número de imigrantes para 1,4 milhões, e a população residente para 11,4 milhões de pessoas.

De acordo com o INE, esta revisão terá implicações sobre as estimativas da população ativa, assim como do PIB, nas parcelas de atividade estimadas com base na população empregada. No entanto, só em março de 2027 serão tornados públicos os dados que permitem avaliar corretamente a evolução de alguns indicadores, nomeadamente o PIB per capita, e a posição relativa de Portugal na União Europeia.

Deste modo, as principais implicações ocorrerão ao nível do PIB per capita. Há um largo consenso de que a revisão do PIB não será proporcional ao aumento da população, pelo que o PIB per capita deverá ser revisto em baixa e a posição de Portugal, atualmente 18.^a da UE, também poderá deteriorar-se.



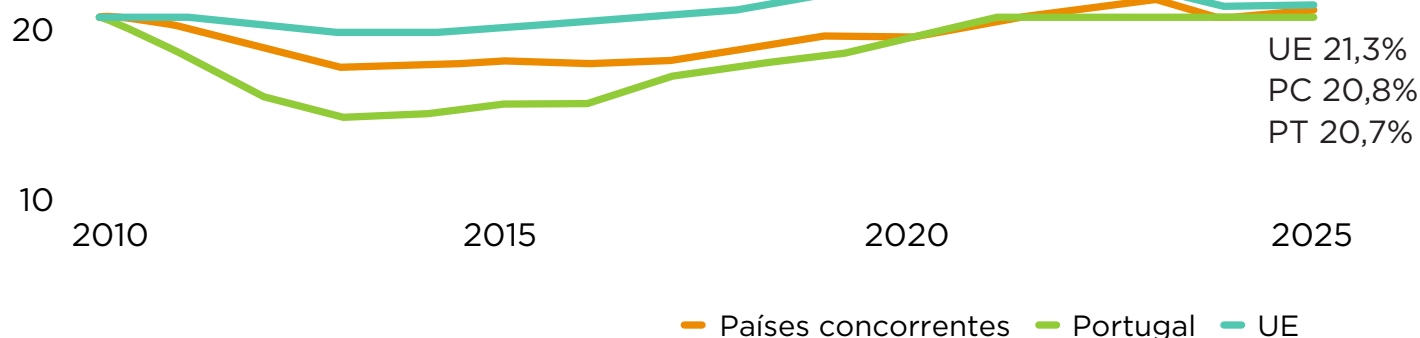
2

QUAIS SÃO OS QUATRO PRINCIPAIS BLOQUEIOS À PRODUTIVIDADE?

2.1. INVESTIMENTO INSUFICIENTE E EROSÃO DA BASE DE CAPITAL

O investimento é um dos principais motores da competitividade, da produtividade e do

crescimento sustentável de uma economia. É através do investimento que as empresas aumentam capacidade produtiva, incorporam tecnologia, inovam, se internacionalizam e criam empregos mais qualificados

Investimento Total em % do PIB

e mais bem remunerados. No caso português, apesar dos progressos registados nos últimos anos em áreas como o equilíbrio orçamental, a redução da dívida pública ou o reforço da intensidade exportadora da economia (até 2022), subsiste um problema estrutural: Portugal continua a apresentar níveis de investimento persistentemente insuficientes face às necessidades da economia e abaixo da média europeia.

Portugal investiu sistematicamente abaixo da média da União Europeia ao longo dos últimos 15 anos, acumulando um diferencial estimado superior a 42% do PIB.

Nas últimas duas décadas, Portugal registou um ciclo prolongado de subinvestimento. Depois da crise financeira e da crise da dívida soberana, o investimento caiu para mínimos históricos (15% do PIB em 2013) e, apesar da recuperação parcial verificada nos últimos anos, continua abaixo dos níveis necessários para assegurar uma trajetória robusta de convergência económica

com a União Europeia.

Portugal investiu sistematicamente abaixo da média da União Europeia ao longo dos últimos 15 anos, acumulando um diferencial estimado superior a 42% do PIB. Este subinvestimento sistemático traduz-se de forma direta no nosso principal bloqueio económico: uma baixa produtividade por hora, que se fixa em apenas cerca de 67% da média da UE.

Em 2025, o investimento total em Portugal situou-se em 20,7% do PIB, abaixo de economias europeias mais dinâmicas, como a República Checa (26,4%), a Croácia (25,7%), a Roménia (25,6%), a Suécia (25,2%) ou a Estónia (24,3%). Esta realidade tem consequências diretas na capacidade produtiva da economia, na modernização empresarial e no crescimento da produtividade.

O problema torna-se particularmente relevante num contexto em que:

- Portugal enfrenta desafios demográficos significativos;

- o crescimento futuro dependerá cada vez mais da produtividade;
- o investimento realizado nos últimos anos tem sido insuficiente para colmatar a erosão acumulada do stock de capital;
- a transformação digital e energética exige níveis elevados de investimento;
- a concorrência internacional se intensifica, sobretudo nas áreas tecnológicas e industriais.

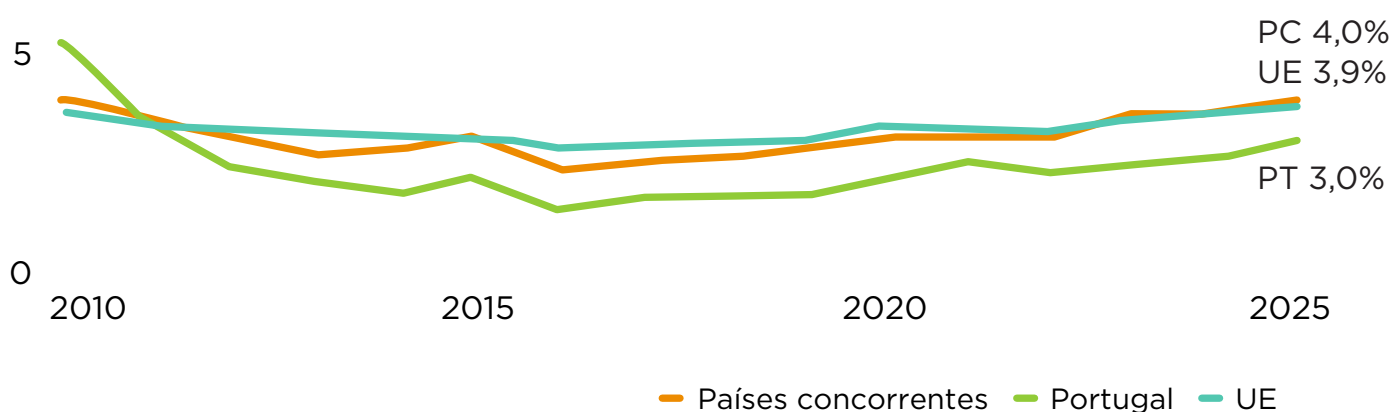
O próprio relatório de Mario Draghi² alerta que a Europa necessita de aumentar significativamente o investimento para conseguir responder aos desafios da inovação, descarbonização e segurança económica. O relatório estima que a Europa terá de au-

mentar o investimento em cerca de cinco pontos percentuais do PIB por ano para sustentar a competitividade futura. Portugal parte de uma posição particularmente frágil neste contexto.

2.1.1. O investimento público recuperou, mas continua insuficiente

O investimento público sofreu uma forte redução após a crise financeira, atingindo níveis historicamente baixos, inferiores a 2% do PIB, durante vários anos, não recuperando até ao - também difícil - período da pandemia. Essa redução contribuiu para a degradação de infraestruturas, atrasos em áreas estratégicas e menor capacidade de transformação estrutural da economia.

Investimento Público em % do PIB



² The future of European Competitiveness

Nos últimos anos, verificou-se uma recuperação parcial, impulsionada sobretudo pelos fundos europeus e pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). No entanto, o Investimento Público português não ultrapassou os 3% do PIB em 2025, o que compara com cerca de 4% tanto na média da UE como dos países concorrentes, e subsistem desafios relevantes:

- lentidão nos processos de contratação pública e licenciamento que afetam a capacidade de execução;
- falta de capacidade de planeamento a longo prazo;
- dificuldade de transformação do investimento público em ganhos permanentes de produtividade.

Economias sustentáveis e inovadoras dependem, sobretudo, da capacidade de mobilizar investimento empresarial produtivo e de longo prazo, mas importa não esquecer que este também é potenciado pelo investimento público – como, por exemplo, em infraestruturas comuns, de suporte a transportes, comunicações, digital, etc.

2.1.2. O investimento privado continua limitado pela baixa escala e pelos custos de contexto

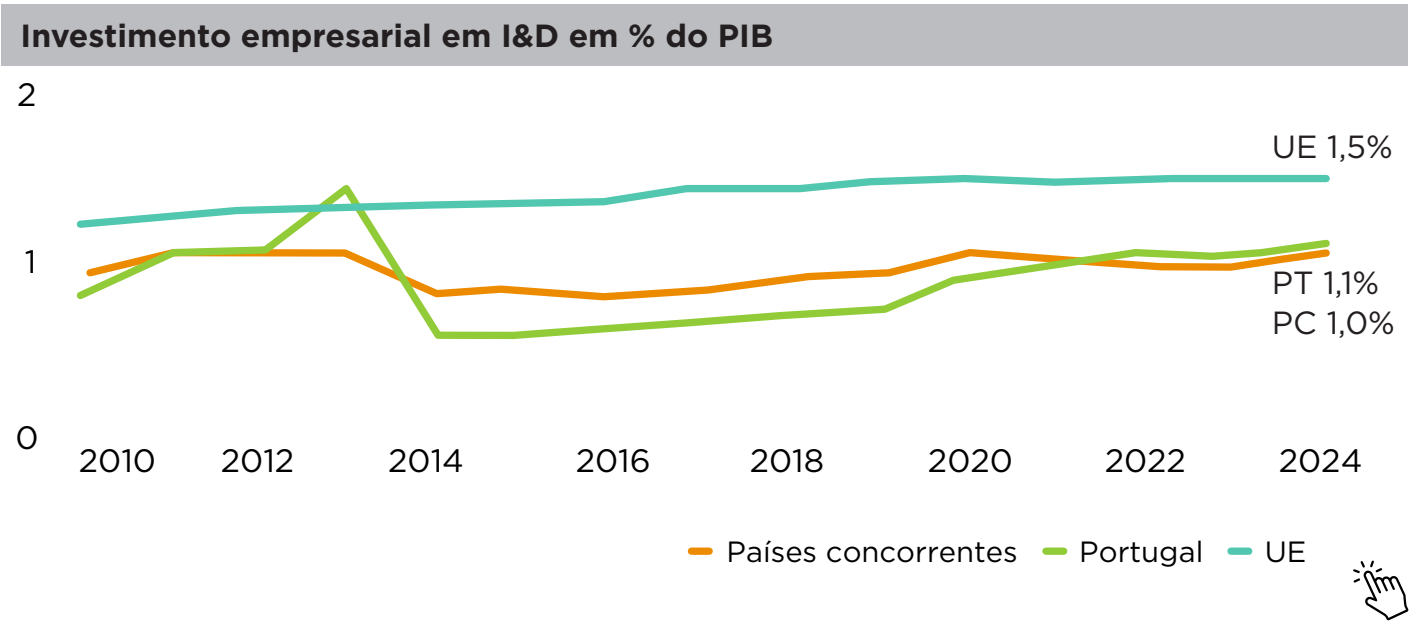
O investimento privado representa a maior parcela do investimento total e é decisivo para a modernização da economia. Em 2025, este investimento atingiu 17,7% do PIB em Portugal, ligeiramente acima da média da UE (17,5%) e

dos países concorrentes (16,8%). Porém, vários fatores continuam a limitar a capacidade de investimento das empresas em Portugal, destacando-se:

- baixa dimensão média das empresas;
- excessiva burocracia e lentidão administrativa;
- fiscalidade que penaliza o sucesso, é cara e é complexa;
- reduzida capitalização;
- dificuldade de acesso a capital de risco.

O resultado é uma economia em que poucas empresas conseguem ganhar escala internacional ou realizar investimentos transformadores de longo prazo.

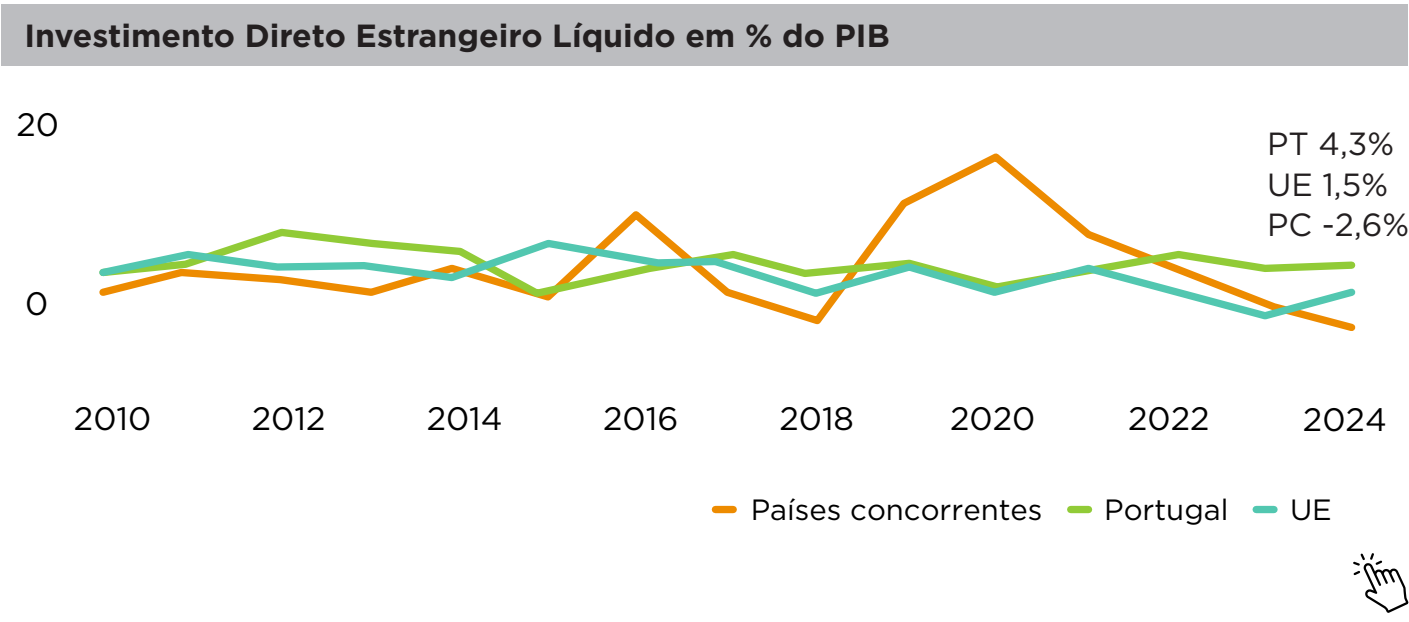
Ao mesmo tempo, Portugal continua a apresentar níveis relativamente reduzidos de investimento empresarial em Investigação & Desenvolvimento (I&D) e inovação quando comparado com economias europeias mais competitivas. Em 2024, este indicador fixou-se em 1,1% do PIB, à semelhança dos anos anteriores, mas continua distante dos 1,5% da média europeia. Isto limita a capacidade de criação de produtos e serviços de maior valor acrescentado, enquanto perpetua a especialização em setores menos intensivos em conhecimento.



2.1.3. O Investimento Direto Estrangeiro é um ponto positivo

Um dos sinais positivos da economia portuguesa nos últimos anos tem sido a capacidade de atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Em 2024, o Investimento Direto Estrangeiro Líquido em Portugal

atingiu 4,3% do PIB, acima da média europeia de 1,5%, tornando-se o melhor desempenho entre os países concorrentes, que registaram uma média de -2,6%. Importa salientar, entre os países concorrentes, que a Estónia e a Hungria tiveram fluxos negativos de investimento direto estrangeiro de -8% e -27,9%, respetivamente.



Investimento Direto Estrangeiro
Líquido em % do PIB

PAÍSES CONCORRENTES (2024)	
Portugal	4,3
República Checa	3,8
Grécia	2,6
Eslovénia	2,6
Espanha	2,5
Polónia	2,2
Itália	1,1
Estónia	-8,0
Hungria	-27,9

O IDE pode ter um papel relevante na criação de emprego qualificado e na transferência de conhecimento. Pode também fomentar a internacionalização da economia, nomeadamente com mais exportações, e a incorporação tecnológica no tecido produtivo nacional. Os dados detalhados da OCDE

mostram que, em 2024, os dois setores com mais investimento recebido acumulado são as atividades financeiras e seguros (21,2%) e as atividades profissionais científicas e técnicas (17,4%). A indústria transformadora tem ganho relevância, estando agora na terceira posição (8,2%).

Importa ter em atenção que nem todo o IDE tem o mesmo impacto económico. Investimento imobiliário, aquisição de empresas ou de ativos existentes têm um impacto menos relevante do que investimento em novos projetos produtivos, que geram inovação, emprego qualificado e exportações. No entanto, as estatísticas existentes não permitem separar novo investimento produtivo de aquisições ou mudanças de propriedade.

Apesar do desempenho positivo, Portugal continua a competir por investimento internacional num contexto altamente competitivo, em que outros países oferecem processos

Top 5 setores por stock de IDE inward, em milhões de USD - 2024 Fonte: OCDE

			% do total
Atividades financeiras e seguros	44 130,1		21,2%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	36 245,4		17,4%
Indústria transformadora	17 071,6		8,2%
Atividades imobiliárias	15 763,8		7,6%
Comércio por grosso e retalho	14 730,1		7,1%

administrativos mais rápidos, regimes fiscais mais simples e que não penalizam o sucesso, bem como maior previsibilidade regulatória e maior escala empresarial.

Portugal enfrenta hoje um desafio central: crescer de forma sustentada num contexto de envelhecimento demográfico, maior concorrência global e rápida transformação tecnológica. Esse crescimento dependerá inevitavelmente da capacidade do país em aumentar o investimento – público e privado – e, sobretudo, em melhorar a qualidade desse investimento.

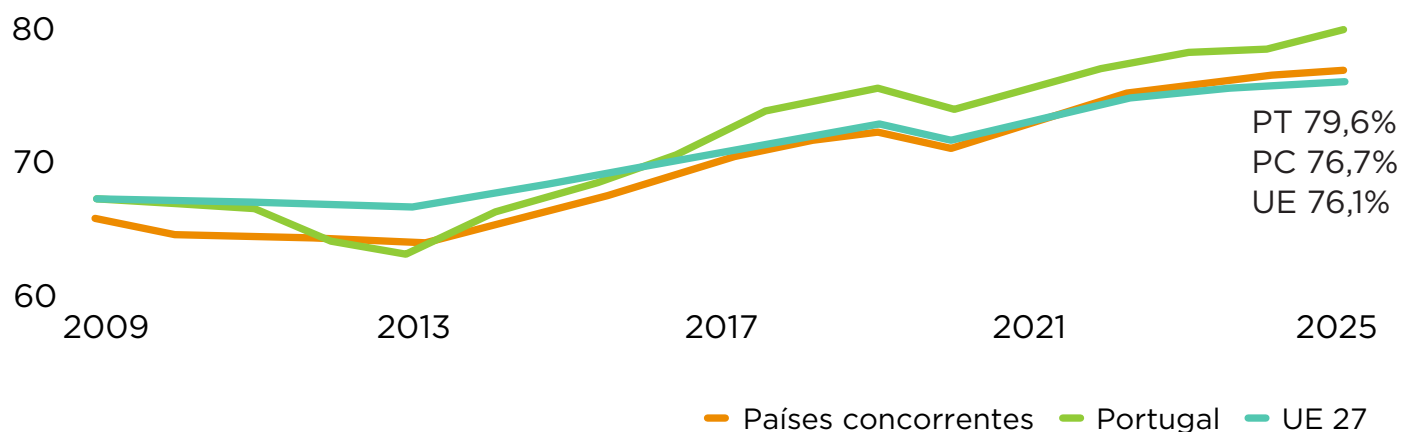
Sem um aumento estrutural do investimento produtivo, Portugal continuará a enfrentar dificuldades em acelerar a produtividade, melhorar salários e convergir com as economias europeias mais desenvolvidas.

2.2. MERCADO DE TRABALHO: PLENO EMPREGO, MAS...

2.2.1. Mais emprego, imigração e emigração: dinamismo com limites produtivos

Atualmente, Portugal vive uma situação próxima do pleno emprego, com mais de cinco milhões de pessoas empregadas e uma taxa de emprego de 79,6% em 2025, uma evolução muito favorável desde 2013, quando este indicador se fixou em 63,4%. Comparando com outras economias europeias, Portugal destaca-se por ter agora uma taxa de emprego acima da média da UE (76,1%) e dos países concorrentes (76,7%). Vários países europeus apresentam taxas de emprego acima dos 80%, destacando-se pela negativa os níveis de Espanha (72%), Grécia (71%) e Itália (68%).

Evolução da Taxa de Emprego em %



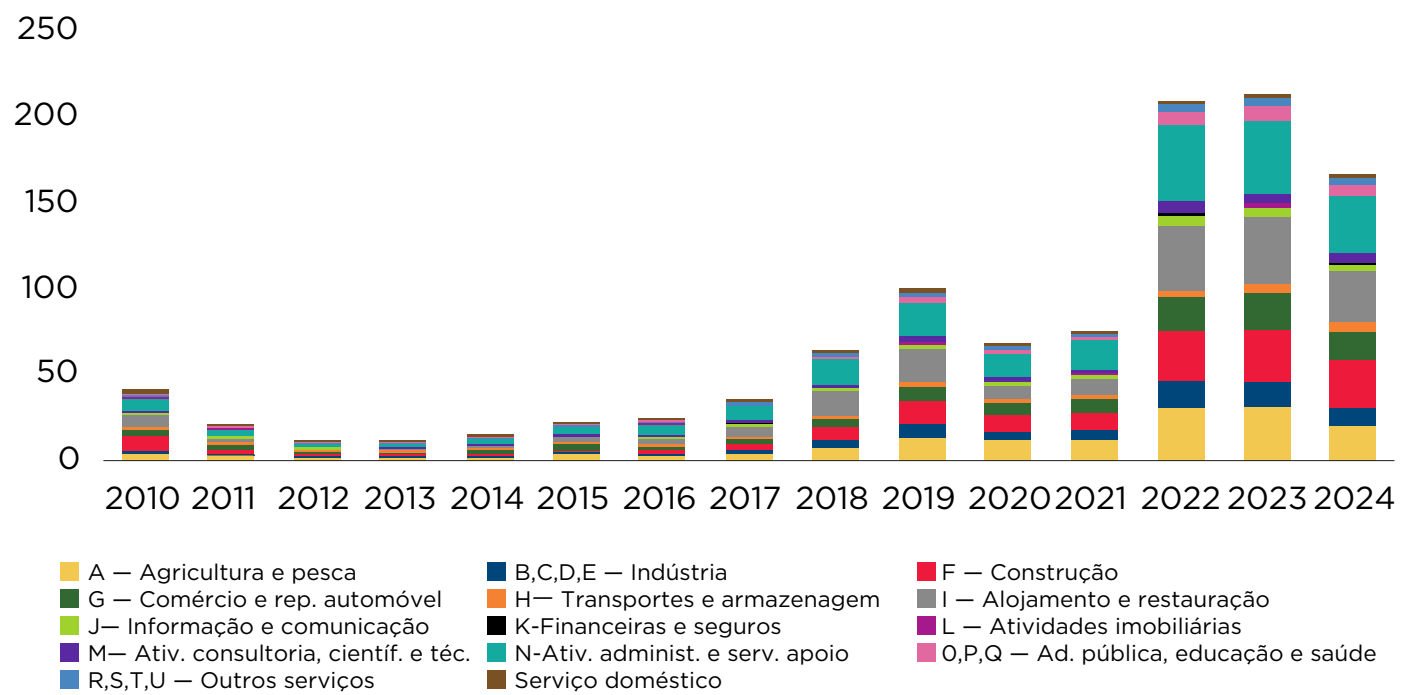
No entanto, o aumento do emprego não é, por si só, uma medida de progresso económico e social. Nomeadamente em Portugal, onde o aumento de emprego não se traduziu num aumento de produtividade.

Um dos fatores que mais contribuiu para o aumento do emprego em Portugal recentemente foi a imigração, mas a sua composição setorial condiciona a produtividade agregada. No Boletim Económico de março de 2026, o Banco de Portugal identificou a permanência de cerca de 1,4 milhões de trabalhadores de nacionalidade estrangeira, dos quais aproximadamente 1,1 milhões

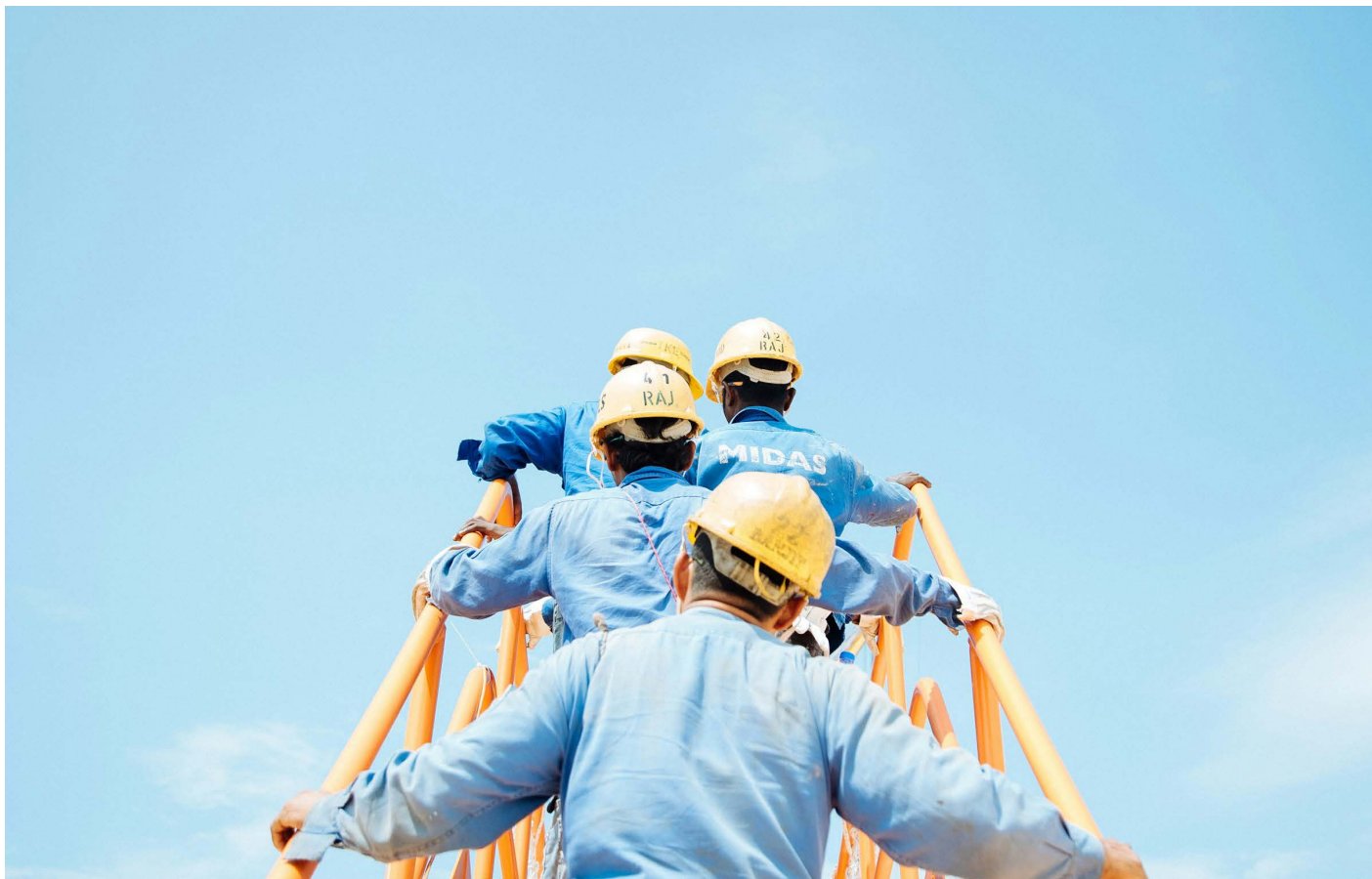
como trabalhadores por conta de outrem. As entradas concentraram-se em atividades administrativas e de apoio (20%), alojamento e restauração (18%), agricultura e pesca (15%) e construção (14%).

Quando o aumento do emprego se concentra em setores menos produtivos, o efeito agregado sobre a produtividade permanece limitado

Entradas de trabalhadores por conta de outrem com nacionalidade estrangeira por setor de atividade económica e ano de entrada, em milhares Fonte: Microdados da Segurança Social (cálculos do Banco de Portugal).



Nota: Os trabalhadores classificados como serviço doméstico correspondem aos indivíduos identificados no painel de qualificações da Segurança Social com essa qualificação.

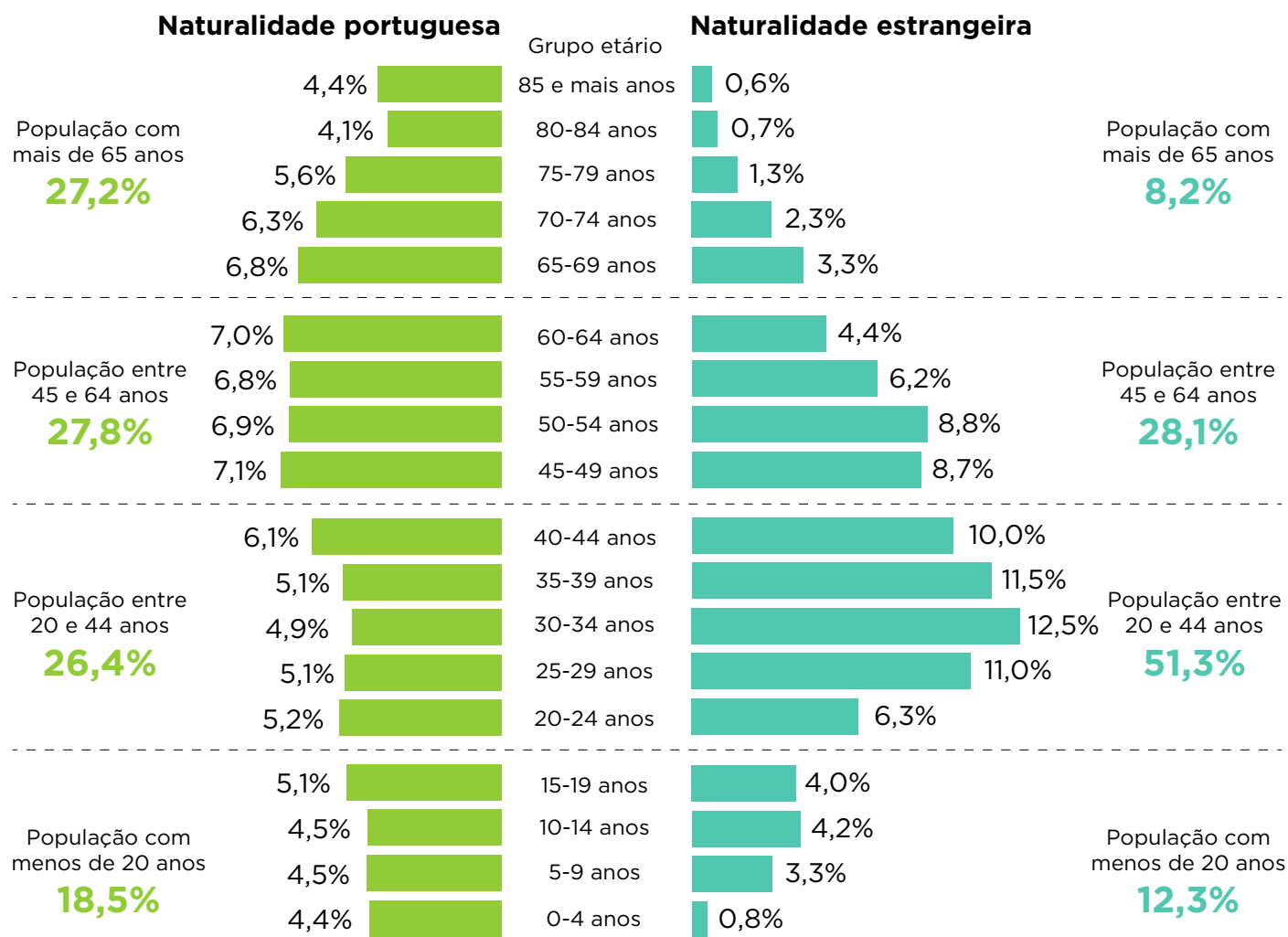


A questão de fundo está na capacidade de transformar mais trabalhadores em progressão de qualificações, mobilidade salarial e incorporação tecnológica.

A imigração e a criação de emprego ajudaram a economia a crescer como um todo e responderam a necessidades reais da sociedade. No entanto, quando o aumento do emprego se concentra em setores menos produtivos, o efeito agregado sobre a produtividade permanece limitado. Assim, as dificuldades em gerar emprego qualificado e em atrair e reter talento são bloqueios à convergência com a produtividade média europeia.

Outro fator a ter em conta é o facto de, apesar de Portugal registar níveis históricos de emprego e de imigração, continuarmos a assistir a uma saída relevante de população ativa jovem. Neste tema os dados são diversos e ainda não foram alvo de revisão detalhada desde a publicação dos dados revistos da população portuguesa pelo INE. O Boletim Económico de outubro de 2025 do Banco de Portugal estimava que, em 2021, existiam 338 mil emigrantes jovens portugueses, dos 15 aos 34 anos, correspondendo a uma taxa de emigração jovem de 15,1%. Se recorrermos às estatísticas do INE e do Observatório da Emigração, vemos que entre 2021 e 2024 emigraram entre 270 e 300 mil pessoas, o que compara com a entrada de 790 mil residentes estrangeiros.

População residente em Portugal, distribuída por grupos etários e nacionalidade, em 2025 Fonte: INE



Em suma, Portugal continua a perder uma parte relevante dos seus jovens em idade de entrada e consolidação no mercado de trabalho.

Nesta pirâmide etária por nacionalidade, que já reflete os dados da população atualizados pelo INE, verifica-se que os residentes estrangeiros são predominantemente mais jovens, com 80% a situarem-se na idade ativa (20-64 anos), face aos 54% dos residen-

tes de nacionalidade portuguesa. Olhando com mais detalhe, verifica-se uma redução do número de residentes de nacionalidade portuguesa entre os 25 e os 39 anos face às faixas 20-24 anos (5,2%) e 40-44 anos (6,1%). Esta comparação com as faixas etárias imediatamente antes e depois é compatível com um padrão persistente de emigração jovem, que reduz a base de talento disponível para empresas, inovação, produtividade e criação de valor.

Criar condições para que os jovens portugueses qualificados queiram ficar, regressar e construir carreiras de maior valor em Portugal.

O desafio não é apenas atrair trabalhadores; é criar condições para que os jovens portugueses qualificados queiram ficar, regressar e construir carreiras de maior valor em Portugal.

2.2.2. Compressão salarial: sintoma da baixa produtividade e da estrutura produtiva

Para além da quantidade de emprego, é importante ter em conta vários aspetos da dinâmica salarial recente em Portugal. O Boletim Económico de junho de 2026 mostra que, em 2025, os aumentos foram mais ex-

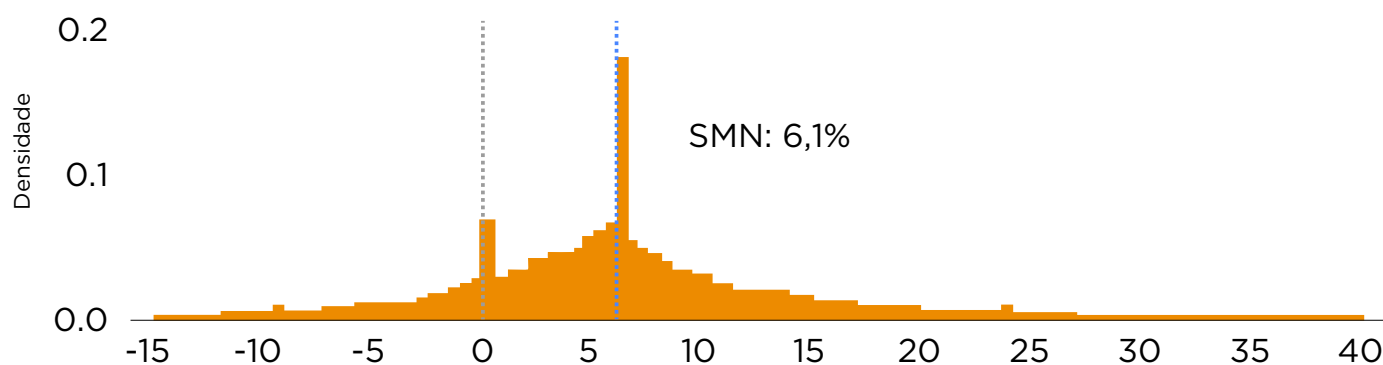
pressivos nos salários mais baixos, e muito concentrados em torno da atualização do salário mínimo nacional.

Esta compressão salarial é também resultado da baixa produtividade, da estrutura empresarial e da carga fiscal sobre o trabalho, além da menor dimensão das empresas, que reduz o potencial de progressão salarial.

A compressão salarial é uma consequência do modelo de crescimento recente. A subida dos salários mais baixos, a começar pelo salário mínimo, é positiva, mas, quando não é acompanhada por ganhos equivalentes de produtividade, investimento e valor acrescentado, reduz a diferenciação salarial ao longo da distribuição e limita a capacidade de reter talento qualificado.

Distribuição das variações anuais do salário total em 2025 (%)

Fontes: Microdados da Segurança Social (cálculos do Banco de Portugal)



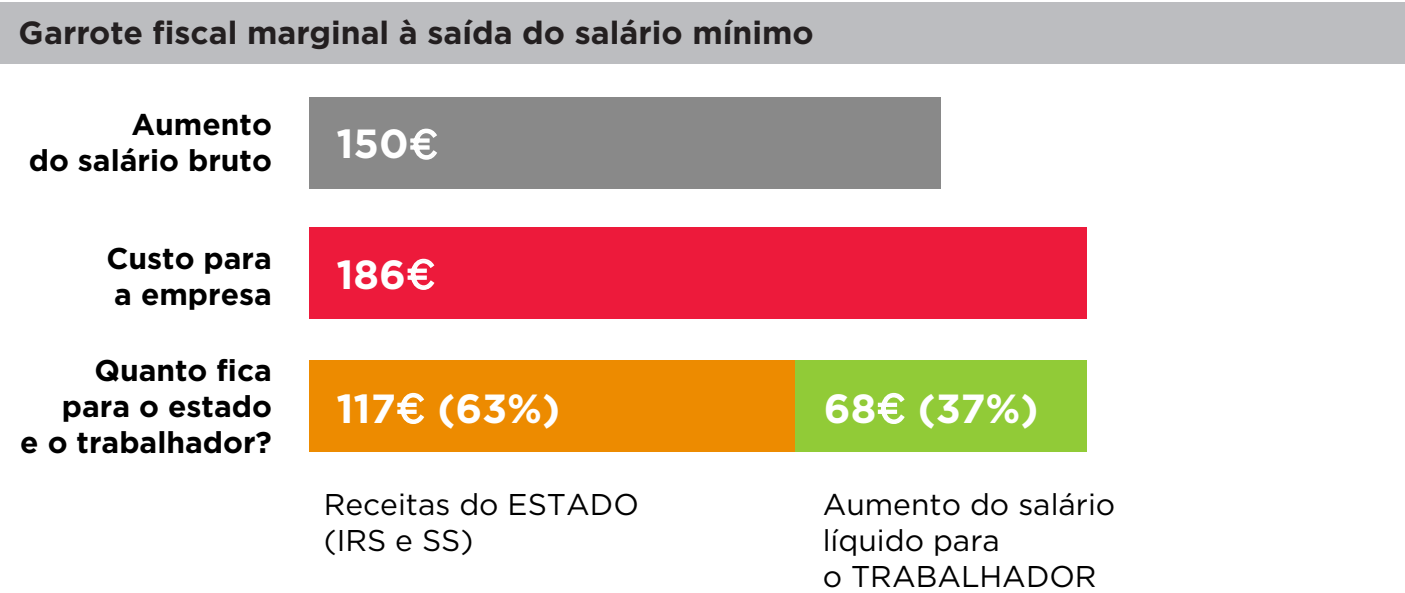
Notas: Consideram-se apenas vínculos de trabalhadores por conta de outrem a tempo completo, com 30 dias de trabalho declarados e remunerações iguais ou superiores a 80% do salário mínimo nacional (SMN). As distribuições são construídas com base nas variações dos salários base e total individuais, truncadas nos percentis 5 e 95 da respetiva distribuição. Cada classe corresponde a um intervalo de 0,5 pontos percentuais. A linha a tracejado cinzento assinala crescimento nulo e a linha a azul corresponde à variação do SMN.

Adicionalmente, Portugal continua a penalizar o sucesso dos trabalhadores, com um garrote fiscal (*Tax Wedge*) marginal superior a 60% para quem saia do salário mínimo. Com um aumento de 150€ de salário bruto, o trabalhador só recebe 37% do custo adicional da empresa, os restantes 63% são receita do Estado (IRS + Segurança Social). Esta situação está a limitar a progressão salarial em termos líquidos, onerando os custos do trabalho para as empresas.

Segundo os dados dos Quadros de Pessoal disponibilizados pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social³, cerca de 21% dos contratos por conta de outrem em Portugal, em 2024, tinham como remuneração o Salário Mínimo Nacional, quando em 2002 este valor rondava os 5%.

Esta situação resulta em parte do forte aumento do salário mínimo nos últimos anos, mas também da forte carga fiscal marginal mencionada anteriormente. Um país onde um em cada cinco trabalhadores por conta de outrem auferir o salário mínimo reflete um país preso na armadilha da baixa produtividade, com um modelo demasiado assente em setores pouco especializados e de menor valor acrescentado.

Cerca de 21% dos contratos por conta de outrem em Portugal, em 2024, tinham como remuneração o Salário Mínimo Nacional, quando em 2002 este valor rondava os 5%.



Fonte: Simulador Dr. Finanças, 2026

³ Segurança Social: Séries Cronológicas – Quadros de Pessoal 2014-2024

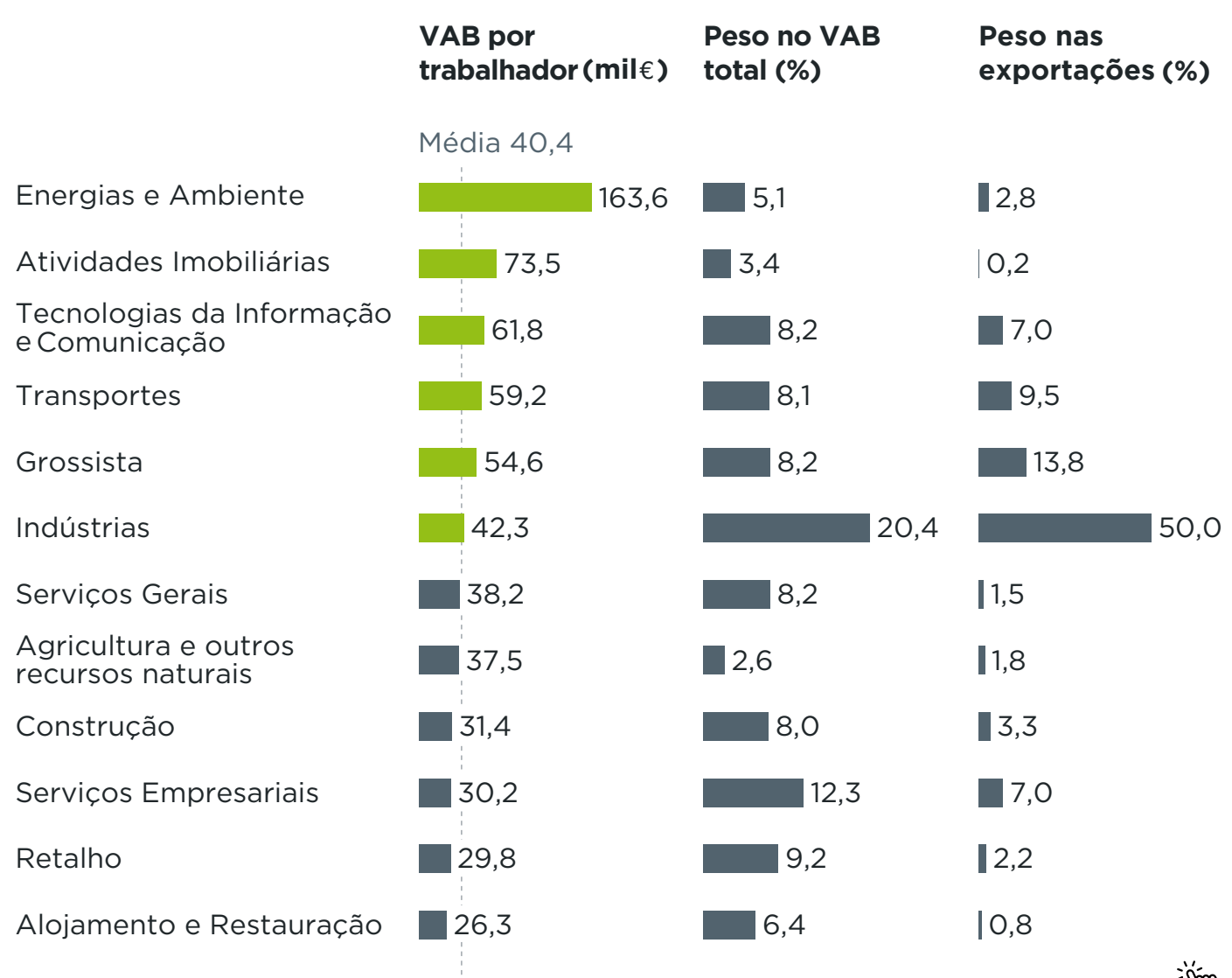
2.3. PERFIL EMPRESARIAL: SETORES MAIS PRODUTIVOS, COM MAIOR VALOR ACRESCENTADO E EMPRESAS DE MAIOR DIMENSÃO TÊM DE GANHAR RELEVÂNCIA

A análise do perfil setorial empresarial português permite identificar alguns padrões relevantes para a economia portuguesa, que ajudam a compreender a estagnação da produtividade.

2.3.1. Emprego e crescimento assentes em setores menos produtivos condicionam a produtividade agregada

Olhando numa ótica de dimensão dos setores, constata-se que o setor industrial tem uma posição central na estrutura produtiva

Perfil Empresarial por Setor (2024)



Fonte: CpC perfil empresarial por setor – Informa D&B



portuguesa. O setor gerou, em 2024, cerca de 26,9 mil milhões de euros de Valor Acrescentado Bruto (VAB), correspondentes a 20,4% do VAB empresarial do país, e foi responsável por aproximadamente 50,2 mil milhões de euros de exportações, ou seja, metade das exportações das empresas portuguesas, enquanto empregava perto de 635 mil pessoas.

Nenhum outro setor combina, com a mesma dimensão, estas características de criação de valor, emprego e capacidade exportadora. Entre 2011 e 2024, o VAB industrial aumentou cerca de 73% e as exportações cresceram 65%, enquanto o emprego subiu apenas 9%. Este diferencial revela ganhos de valor gerado por trabalhador e contrasta com setores em que a expansão da atividade assentou sobretudo no aumento do número de empregados. Isto traduziu-se num VAB por empregado de 42,3 mil euros. Nesse contexto, é crítico ter um ambiente de negócio propício ao desenvolvimento da indústria, como forma de potenciar o crescimento da economia portuguesa com ganhos na produtividade.

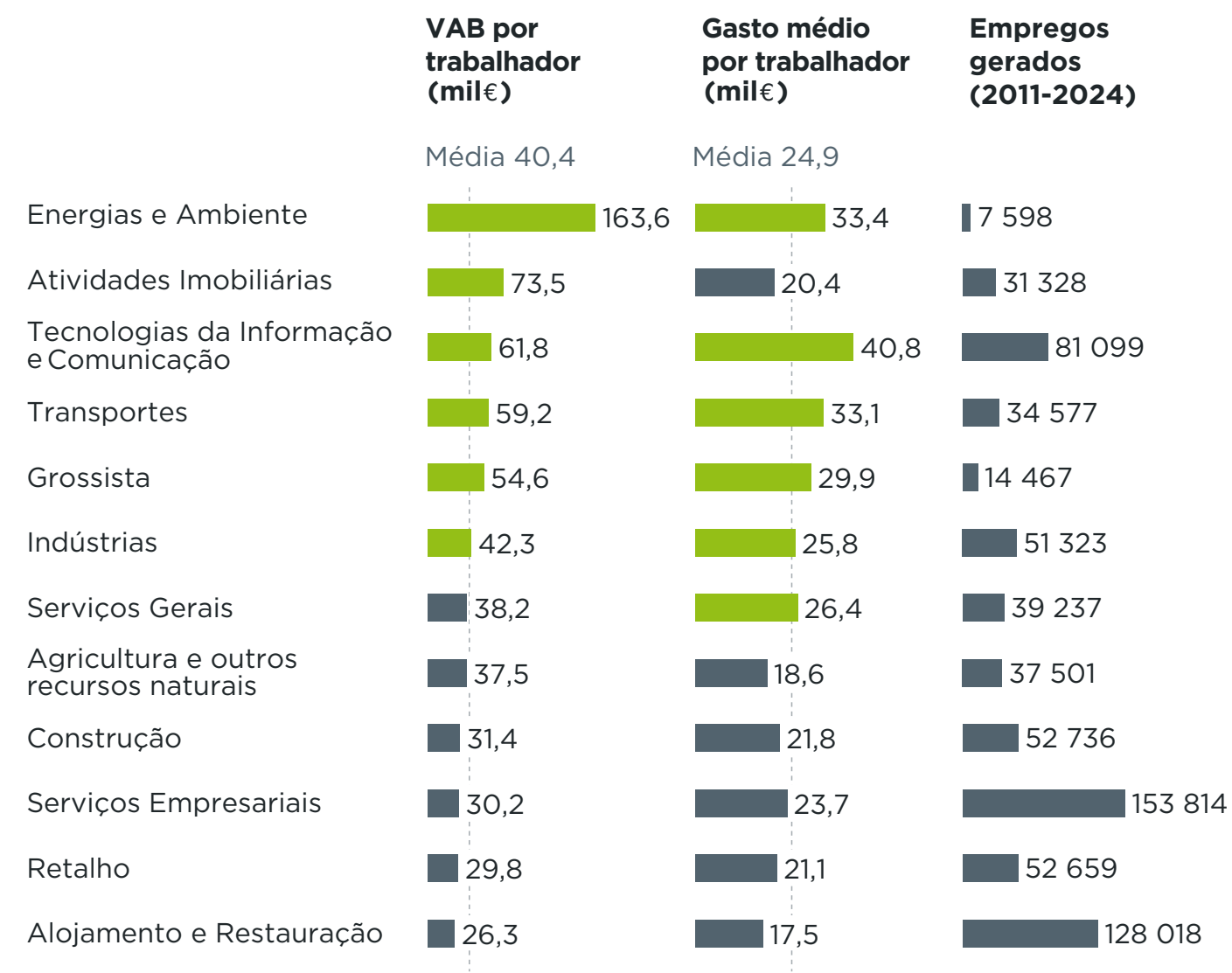
Para além da indústria, destaca-se o peso no VAB dos serviços empresariais (12,3%), do comércio a retalho (9,2%), das tecnologias da informação e comunicação (8,2%) e dos transportes (8,1%). Contudo, a relevância destes setores para a produtividade e para a competitividade externa é distinta. É essencial complementar esta análise com o VAB gerado por trabalhador, que permite avaliar a intensidade de criação de valor de cada setor.

Assim, em 2024, o VAB médio por trabalhador situava-se em cerca de 40,4 mil euros. Acima desta média encontravam-se as energias e ambiente, com 163,6 mil euros, as atividades imobiliárias, com 73,5 mil euros, as tecnologias da informação e comunicação (TIC), com 61,8 mil euros, os transportes, com 59,2 mil euros, o comércio grossista, com 54,6 mil euros, e a indústria, com 42,3 mil euros.

A comparação entre as TIC e os serviços empresariais é especialmente reveladora. Ambos têm um peso relevante na economia, mas apresentam níveis de produtividade muito diferentes. As TIC representam 8,2% do VAB total e geram 61,8 mil euros de VAB por trabalhador. Os serviços empresariais têm um peso superior no VAB, de 12,3%, mas geram apenas 30,2 mil euros por trabalhador, menos de metade do valor registado nas TIC.

É crítico ter um ambiente de negócio propício ao desenvolvimento da indústria, como forma de potenciar o crescimento da economia portuguesa com ganhos na produtividade.

Perfil Empresarial por Setor (2024)



Fonte: CpC perfil empresarial por setor – Informa D&B



Isto significa que o maior peso dos serviços empresariais no VAB resulta sobretudo da sua dimensão e do elevado número de pessoas empregadas, e não de uma maior criação de valor por trabalhador. O setor criou cerca de 154 mil empregos desde 2011, o maior aumento entre todos os setores, mas apresenta um VAB por trabalhador cerca de 25% abaixo da média nacional.

As TIC, pelo contrário, combinaram forte criação de emprego, com mais de 81 mil novos postos de trabalho, com produtividade elevada e maior capacidade remuneratória. Este é um exemplo de crescimento setorial que contribui simultaneamente para o emprego, para a criação de valor e para a melhoria da produtividade agregada.

O mesmo contraste é visível no alojamento e restauração. O setor criou cerca de 128 mil empregos, o segundo maior aumento, mas representa apenas 6,4% do VAB total e gera 26,3 mil euros de VAB por trabalhador, cerca de 35% abaixo da média. Trata-se, por isso, de um setor cuja expansão aumenta o emprego e a atividade, mas tem um impacto mais limitado sobre a produtividade média da economia.

Também o retalho e a construção criaram mais de 50 mil empregos cada, mas apresentam VAB por trabalhador abaixo da média: 29,8 mil euros no retalho e 31,4 mil euros na construção.

A análise dos gastos médios por empregado complementa esta leitura. Em 2024, a média situava-se em 24,9 mil euros. As TIC apresentavam o valor mais elevado, de 40,8 mil euros, seguidas das energias e ambiente, com 33,4 mil euros, dos transportes, com 33,1 mil euros, e do comércio grossista, com 29,9 mil euros.

A indústria também se situava ligeiramente acima da média, com 25,8 mil euros por empregado. Em contraste, os serviços empresariais apresentavam um gasto médio de 23,7 mil euros, inferior à média nacional, enquanto o alojamento e restauração registava o valor mais baixo, de apenas 17,5 mil euros.

A diferença entre TIC e serviços empresariais volta a ser significativa: as TIC geram mais do dobro do VAB por trabalhador e apresentam um gasto médio por empregado cerca de 72% superior. Apesar de os

serviços empresariais terem maior peso no VAB total, o seu contributo para a produtividade e para a melhoria das remunerações é bastante inferior.

Os dados mostram, portanto, que os setores que mais cresceram em emprego não foram, em geral, os que mais valor geraram por trabalhador ou os que melhor remuneraram. A principal exceção são as TIC, que conciliam crescimento do emprego, produtividade elevada e melhores níveis remuneratórios. Neste contexto, é relevante recordar que dos sete unicórnios (start-ups com valorizações superiores a 1.000 milhões de euros) até à data com origem em Portugal, apenas dois se mantêm atualmente em Portugal, tendo os restantes cinco sido deslocalizados para os EUA. É fundamental garantir o desenvolvimento de mais empresas na área das tecnologias de informação em Portugal, alavancando os recursos existentes no país - quer saídos das universidades portuguesas, quer estrangeiros que escolham Portugal como o país para trabalhar - e criando as condições para fazer crescer essas empresas e retê-las no país.

A conclusão central é que o aumento do emprego, por si só, não assegura uma melhoria da produtividade do país. Quando o crescimento se concentra em setores intensivos em mão de obra e com menor VAB por trabalhador, o emprego aumenta sem uma alteração proporcional da capacidade de criação de valor.

O aumento do emprego, por si só, não assegura uma melhoria da produtividade do país

2.3.2. Reduzida dimensão das empresas portuguesas limita a produtividade e os salários

A estrutura empresarial portuguesa continua fragmentada. Os dados da Informa D&B relativos a empresas não financeiras revelam que, em 2024, existiam apenas cerca de 1.100 grandes empresas (0,3% do total) e mais de 355 mil microempresas (93,1%). Isto mostra que, ao contrário do que é frequentemente dito, Portugal é essencialmente um país de microempresas e não de PME.

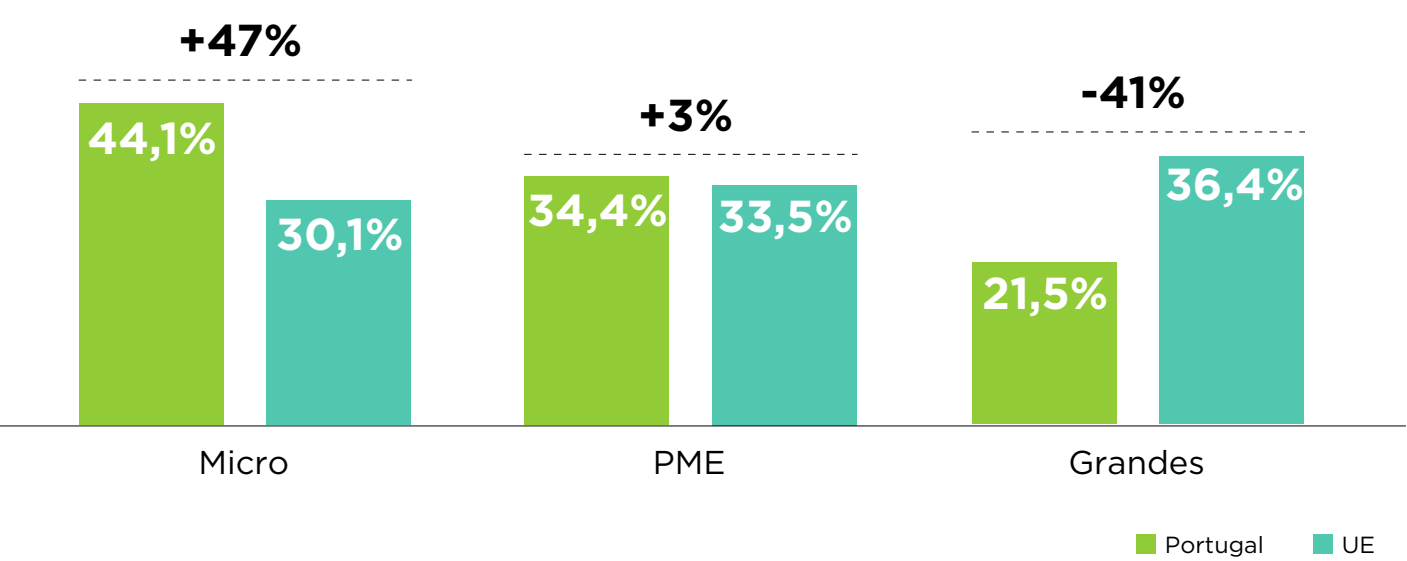
Refira-se ainda que, de acordo com um estudo do Fórum para a Competitividade, Portugal tem 44,1% do emprego em microempresas, o que representa mais 47% do que a média europeia. Inversamente, o emprego nas grandes empresas é apenas 21,5%, ou seja, 41% abaixo da média europeia.

Esta composição reduz economias de escala, capacidade de gestão, investimento em tecnologia, poder de negociação e presença internacional.

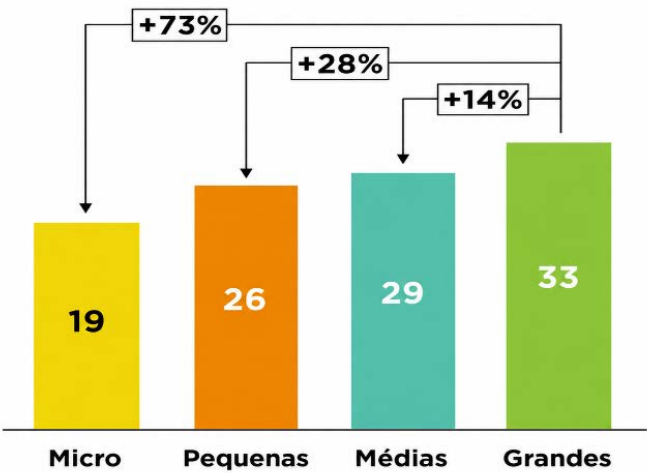
Paralelamente, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) por trabalhador e os salários médios são muito superiores nas grandes empresas.

Nas grandes empresas o VAB por trabalhador é 63 mil euros, muito mais do que os 26 mil euros de uma microempresa e mais do que os 40 mil euros de uma pequena empresa ou os 48 mil euros de uma média empresa. Já em termos de gastos com pessoal, em média uma grande empresa tem um custo médio anual de 33 mil euros, 14% acima das médias, 28% acima das pequenas e 73% acima das microempresas.

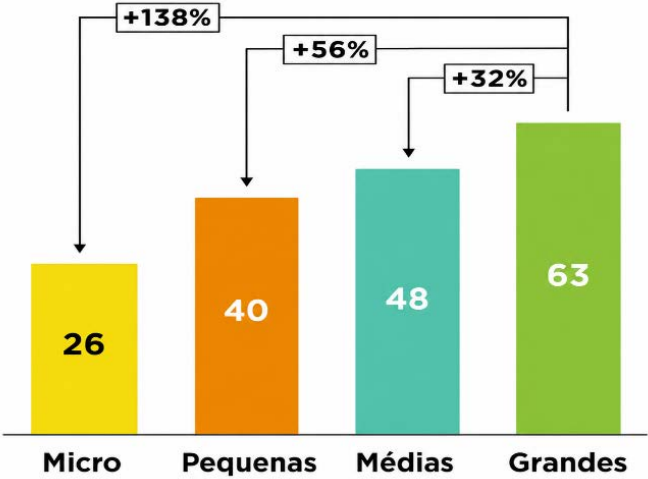
Peso no emprego por dimensão das empresas Fonte: Fórum para a Competitividade, 2021



Gasto médio por colaborador, 2024, em milhares de euros



VAB por trabalhador, 2024, em milhares de euros



A Associação BRP tem insistido neste ponto: a política económica deve ajudar as empresas a ganharem escala. O objetivo consiste na remoção de barreiras fiscais, regulatórias e financeiras que contribuam para que as empresas permaneçam pequenas, mesmo quando o crescimento aumentaria a produtividade e os salários.

Fatores como os atrasos no licenciamento, a ineficiência administrativa e a incerteza regulatória penalizam o investimento produtivo e reduzem a competitividade das empresas.

2.4. CUSTOS DE CONTEXTO

2.4.1. Burocracia (em excesso) penaliza o investimento produtivo e reduz a competitividade

A burocracia está inerente à atividade de

uma empresa. Ainda assim, processos de licenciamento longos, exigências documentais redundantes, pareceres sucessivos e uma justiça morosa aumentam o risco dos projetos e reduzem a rentabilidade esperada do investimento. A previsibilidade do Estado no licenciamento e na justiça é tão ou mais relevante do que a política fiscal.

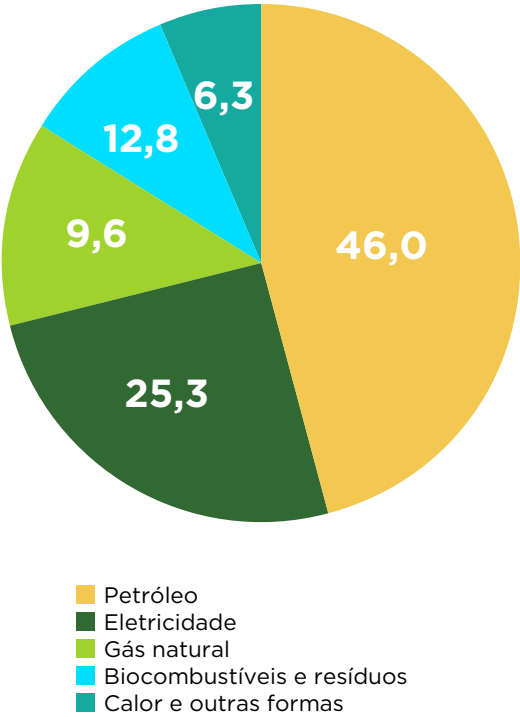
Fatores como os atrasos no licenciamento, a ineficiência administrativa e a incerteza regulatória penalizam o investimento produtivo e reduzem a competitividade das empresas. Estes entraves afetam PME e empresas inovadoras, que têm menor capacidade financeira para absorver custos administrativos e tempos de espera prolongados, mas também grandes empresas nacionais de maior dimensão. Estas últimas concorrem no mercado internacional e acaba por ser em Portugal que enfrentam uma muito maior incerteza e prazos muito mais alargados para a materialização dos seus investimentos quando comparado com outros países.

As propostas recentes da BRP são relevantes precisamente por incidirem na execução: alargar o deferimento tácito, generalizar a comunicação prévia em atividades de risco controlado, substituir autorização prévia por fiscalização *ex post* sempre que possível, usar conferências procedimentais para concentrar pareceres e reforçar a arbitragem tributária para reduzir a pendência judicial. Não se trata meramente de medidas administrativas, mas de medidas de produtividade.

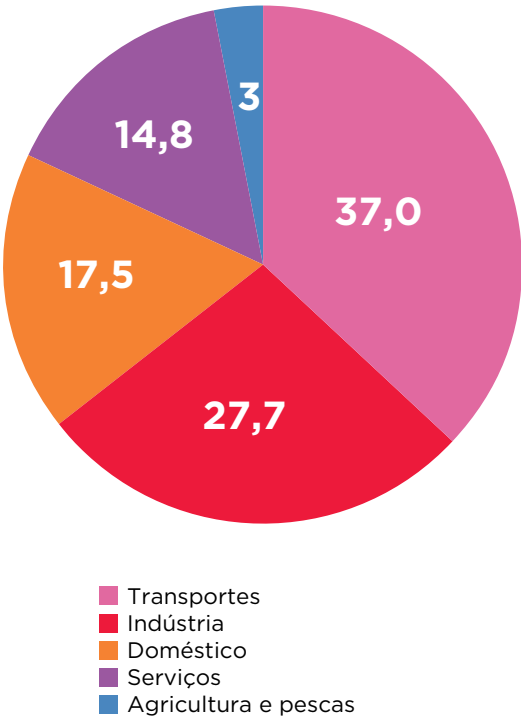
2.4.2. Energia: fator crítico de competitividade da indústria portuguesa e potenciador do investimento tecnológico no país

A energia é um fator chave de localização industrial e de decisão de investimento - não só na indústria transformadora, como também em tecnologias de informação e inteligência artificial. Para Portugal se posicionar em atividades de maior valor tem de garantir condições energéticas competitivas (tanto no custo final suportado pelas empresas como na sua previsibilidade), assegurando disponibilidade de energia, com estabilidade, suportada em infraestruturas adequadas e em processos administrativos ágeis.

Consumo final em Portugal por forma de Energia, 2023



Consumo final de energia por setor, 2023



Fonte: Energia em Números - Edição 2025 - Direção Geral de Energia e Geologia; Agência para a Energia

O petróleo é a principal forma de energia consumida no país: 46% em 2023, influenciando todas as atividades, domésticas e empresariais. Para a indústria e, consequentemente, para a competitividade de Portugal, a eletricidade e o gás natural são igualmente formas de energia muito relevantes.

Na indústria, a energia entra diretamente nos processos produtivos, na operação de equipamentos, na climatização, no vapor, no calor industrial, na logística e no transporte de matérias-primas e produtos acabados.

O maior consumo energético verifica-se nos transportes, representando 37%, dos quais cerca de 14% relativo a pesados de mercadorias e 23% nos restantes meios - não só rodoviário como marítimo e aéreo. Em 2023, a indústria representou 28% do consumo nacional de energia, com destaque para a eletricidade.

Eletricidade

Dentro das várias formas de energia, a eletricidade tem um papel central pela transversalidade do seu uso em todas as atividades económicas. Para a indústria eletrointensiva, diferenciais no custo da eletricidade são relevantes para influenciar a sua competitividade, a decisão de investimento e mesmo

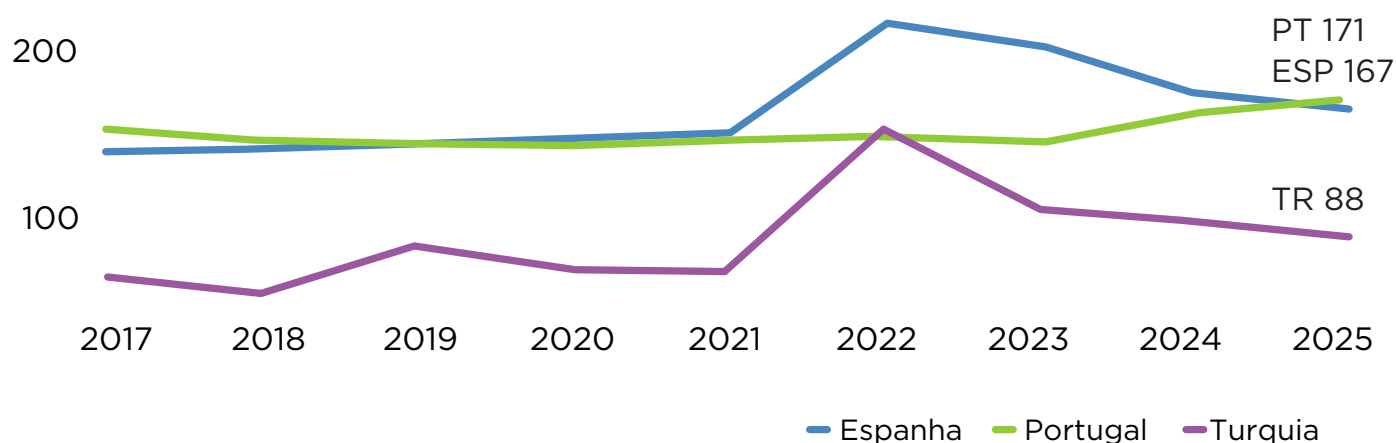
de manutenção da produção, neste caso, em Portugal.

O preço final da eletricidade resulta da soma de várias componentes: custo de energia, outros custos repercutidos, tarifas de acesso às redes, taxas e impostos.

Não obstante, a livre comercialização de eletricidade em Portugal, geralmente tendo como referência os preços do mercado grossista ibérico e refletindo o custo de produção da eletricidade (incluindo os custos das emissões de CO₂), há custos adicionais do sistema elétrico repercutidos aos consumidores. Entre eles, encontram-se custos de tarifa social ou encargos de regulação do sistema, tarifas de acesso às redes (que incluem a remuneração das infraestruturas de transporte e distribuição), a gestão da rede, bem como os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), que transferem para os consumidores custos associados a medidas de política energética, sendo ainda acrescentadas outras taxas e impostos.

É essencial que estes custos sejam competitivos, previsíveis e transparentes, não criando instabilidade e condicionantes adicionais ao posicionamento de Portugal no contexto europeu e internacional, onde a bacia do Mediterrâneo é também um concorrente a considerar.

Preço total da eletricidade (sem IVA) para consumo industrial anual entre 20 e 500 MWh (banda IB), euro/MWh



Para empresas eletrointensivas, e classificadas como expostas a risco de fuga de carbono, a maior desvantagem competitiva face a congéneres europeias verifica-se na aplicação em Portugal de apoios diversos, definidos pela Comissão Europeia, com valores inferiores aos aplicados em muitos dos estados-membros com atividade industrial, como Alemanha, França e Espanha, entre outros, onde estes ajustes chegam a totalizar quatro a seis vezes mais do que os praticados em Portugal.

A isto acresce, na introdução nacional do estatuto de consumidor eletrointensivo, a demora na transposição da norma europeia, a abrangência mais limitada de benefícios e os períodos mais alargados no pagamento das compensações às empresas do que os verificados noutros países – fatores adicionais que penalizam a competitividade do país.

Para manter atividade eletrointensiva em Portugal em setores como papel, vidro,

cerâmica, química, petroquímica, cimento e metalurgia, é essencial que as empresas tenham acesso a condições equiparáveis às das suas concorrentes europeias.

De notar que a aposta portuguesa em fontes renováveis contribui diretamente para a descarbonização nacional, reduzindo as emissões associadas à eletricidade consumida. No entanto, a maior presença de produção intermitente, como solar e eólica, introduz volatilidade e custos acrescidos de gestão da rede. A necessidade de mecanismos de *backup* e soluções de balanceamento e de gestão energética tornam o custo elétrico para as empresas mais imprevisível, tal como atualmente já se verifica no mercado ibérico após o apagão de abril de 2025.

Para a operação industrial, não basta ter energia renovável abundante, é necessário que essa energia seja estável, acessível e acompanhada por redes robustas, arma-

zenamento, baterias ou outras, e mecanismos de flexibilidade. Falhas de qualidade de energia podem traduzir-se em paragens de operação, perdas de produção e custos significativos.

A integração crescente de renováveis torna mais urgente investir na resiliência da rede, na capacidade de interligação Portugal-Espanha e Espanha-Europa, e em soluções como baterias, flexibilidade da procura e novos produtos de balanceamento.

A questão é que, nesta corrida de posicionamento na indústria verde europeia, as empresas portuguesas confrontam-se com os licenciamentos, sobretudo em autoconsumo - eletrificação de processos e desenvolvimento de infraestruturas elétricas industriais - que continuam a ser um fator penalizador. Isto advém do elevado número de entidades envolvidas - operadores de rede, reguladores, autoridades ambientais, municípios e outras entidades públicas - o que aumenta a complexidade administrativa, gera atrasos e reduz a previsibilidade dos projetos.

Os processos de ligação à rede elétrica nacional são também afetados por estrangulamentos de capacidade física, em que a morosidade administrativa e a incerteza sobre prazos de decisão aumentam custos e

Eletricidade competitiva é fator essencial para uma indústria forte, é fundamental para Portugal atrair investimento, também em novas tecnologias

condicionam a atividade das empresas.

Eletricidade competitiva é fator essencial para uma indústria forte, é fundamental para Portugal atrair investimento, também em novas tecnologias, como centros de dados, inteligência artificial, *cloud computing*. Tal só será possível com custo competitivo e estável de eletricidade, disponibilizada com qualidade, em que os projetos de investimento possam ser implementados sem barreiras burocráticas desnecessárias.

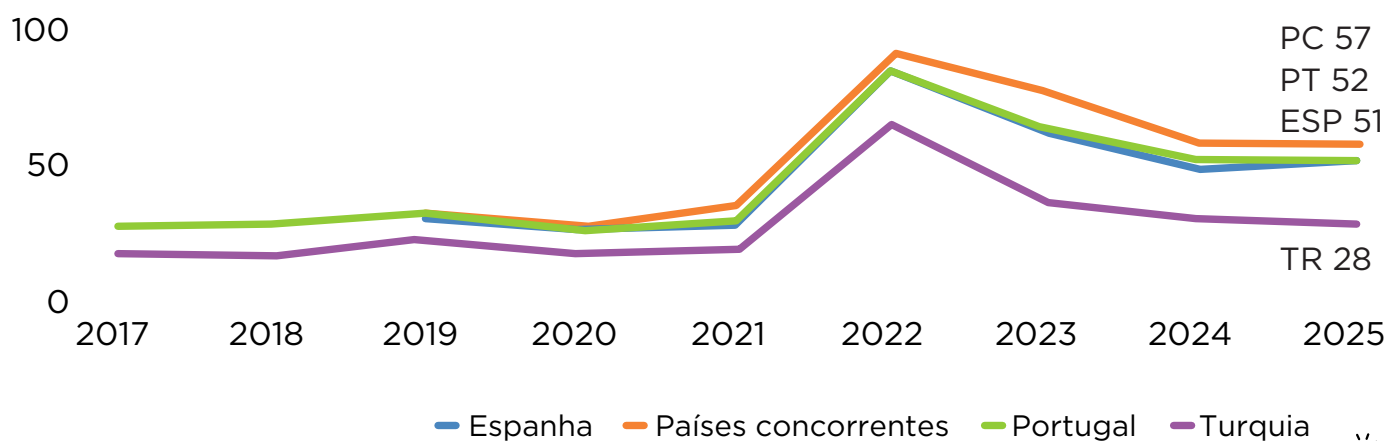
Gás natural

Para muitas empresas industriais, o gás natural não é apenas uma fonte de energia: é um fator crítico de produção. Continua a ser relevante em processos térmicos, calor de alta temperatura, vapor, cogeração e em setores em que alternativas elétricas ainda não têm maturidade técnica ou racional económico.

A crise energética provocada pelos conflitos no Médio Oriente demonstrou a exposição da indústria portuguesa à volatilidade dos mercados internacionais e à elevada dependência externa no aprovisionamento de gás. Segurança de abastecimento, diversificação de fornecedores e acesso eficiente a infraestruturas de importação, armazenamento e distribuição - tanques, terminais, portos e interligações - são elementos centrais para reduzir riscos e reforçar a resiliência industrial.

À semelhança da eletricidade, o preço final do gás pago pela indústria resulta da soma de várias componentes: energia, rede, en-

Preço total do gás natural (sem IVA) para consumo industrial anual entre 10 000 e 99 999 GJ (banda I3), euro/GJ



cargos, tarifas, taxas, impostos e eventuais apoios públicos. A competitividade deste custo total é crítica para a capacidade de a indústria portuguesa enfrentar a concorrência internacional, inclusive de países europeus.

Descarbonizar não pode significar apenas substituir energia fóssil por alternativas mais caras e incertas. A transição deve garantir condições para investir, competir e produzir em Portugal.

À medida que a eletrificação reduz o consumo de gás, existe o risco de os custos fixos das infraestruturas serem repartidos por menos utilizadores, pressionando as tarifas de acesso. Por isso, importa avaliar mecanismos de financiamento público para infraestruturas críticas de gás e eletricidade, preservando a sustentabilidade dos operadores sem agravar excessivamente os custos industriais.

A descarbonização dos processos intensivos em gás exigirá uma transição realista. Biometano e hidrogénio verde poderão desempenhar um papel relevante, mas subsistem desafios de custo, disponibilidade, qualidade da molécula, adaptação dos equipamentos e repartição dos sobrecustos. A incerteza regulatória continua a ser um obstáculo ao investimento.

Para a indústria, descarbonizar não pode significar apenas substituir energia fóssil por alternativas mais caras e incertas. A transição deve garantir condições para investir, competir e produzir em Portugal, evitando que a pressão regulatória acelere a deslocalização de produção para geografias com menores custos energéticos e exigências ambientais.

Crude e combustíveis

Os produtos petrolíferos representam a energia de maior consumo em Portugal, pesando de forma material na competitividade

de externa do país. Em 2025, o INE reportou que as importações de petróleo bruto totalizaram 4,2 mil milhões de euros, estando a maior vulnerabilidade concentrada sobretudo no crude, em que a exposição aos preços internacionais e à sua cadeia logística são fatores críticos.

O choque geopolítico de 2026 mostrou que esta vulnerabilidade permanece estrutural. A perturbação do Estreito de Ormuz fez o Brent passar de cerca de 60 euros por barril no início do ano para valores que chegaram a ultrapassar pontualmente os 110 euros por barril. Este tipo de escalada traduz-se rapidamente em maiores custos globais energéticos e, por consequência, de transporte, pressionando a indústria pelo encarecimento dos fretes e do abastecimento das cadeias produtivas.

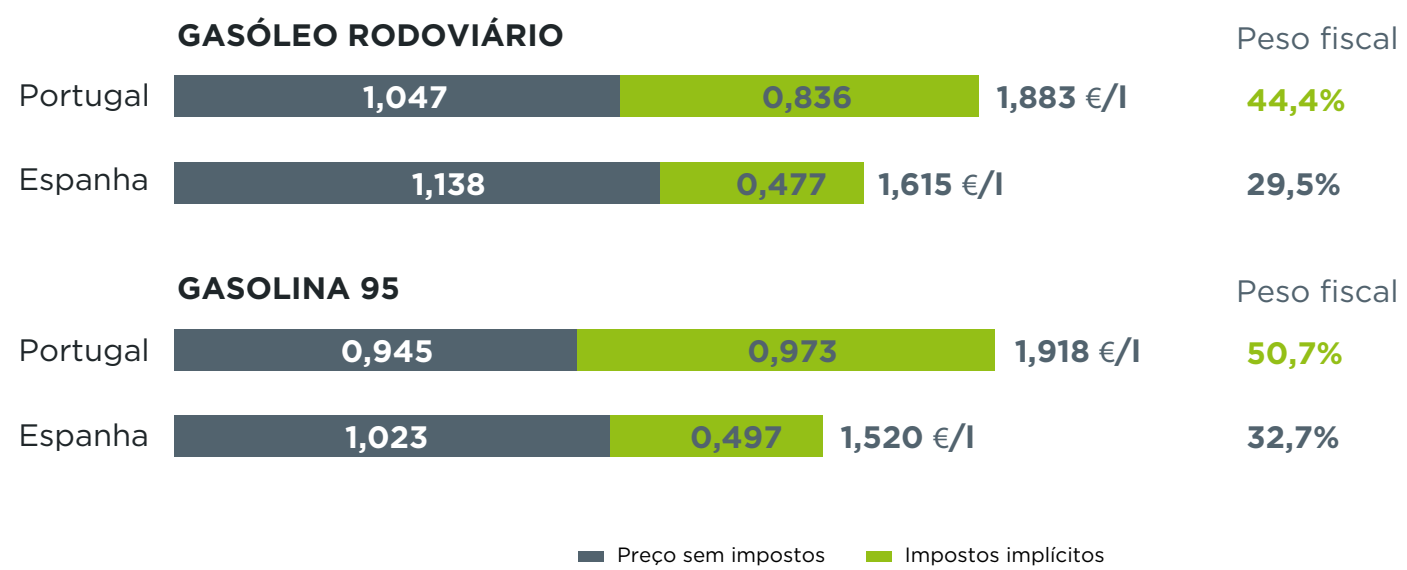
Na prática, o impacto não se limita às empresas que consomem diretamente combustíveis, implica todas as atividades de abastecimento e distribuição. A subida do gasóleo afeta o transporte rodoviário da fábrica ao cliente, ao porto, ao centro logístico ou à fronteira. O efeito é especialmente sensível em cadeias com cargas pesadas, baixo valor por tonelada ou elevada distância rodoviária antes do destino final.

No caso português, há ainda um fator adicional que penaliza a competitividade: a

No caso português, há ainda um fator adicional que penaliza a competitividade: a fiscalidade sobre os combustíveis.

Preço dos combustíveis | Portugal e Espanha | 11 de junho de 2026

Fonte: valores calculados a partir das folhas "Prices with taxes", "Prices without taxes" e "Duties and taxes" da Comissão Europeia, Weekly Oil Bulletin, 11 de junho de 2026.



fiscalidade sobre os combustíveis. A comparação harmonizada da Comissão Europeia mostra que o diferencial competitivo entre Portugal e Espanha está menos no custo-base do produto e mais na carga fiscal aplicada ao preço final. Em Portugal, além do IVA de 23% e do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP), registam-se outras imposições indiretas, como a Contribuição de Serviço Rodoviário e a taxa de CO2. Em Espanha o peso fiscal sobre o preço dos combustíveis ronda os 30%, quando em Portugal situa-se nos 45%-50%.

Para a indústria nacional, isto significa que um choque internacional no crude não é refletido apenas no produto importado: pode ser amplificado localmente nos custos logísticos através da fiscalidade e da regulação, precisamente no vetor energético que mais rapidamente se transmite aos transportes e,

por essa via, a toda a atividade económica.

Em 2025, face aos países concorrentes, Portugal registou o 2.º mais elevado preço total de gasóleo, apenas inferior ao praticado em Itália e muito superior ao da vizinha Espanha.

Adicionalmente, o normativo europeu tem vindo a impor a redução progressiva da intensidade carbónica da energia utilizada nos transportes - rodoviários, marítimos e aéreos - com pressão adicional sobre fretes e custos de distribuição.

A meritória ambição de redução carbónica europeia não pode penalizar a sua competitividade e o bem-estar das suas pessoas. Portugal não deve adicionar desvantagens face aos congéneres europeus, sob pena de perdermos atratividade para investimento e talento de valor.

Gasóleo, preço médio de venda ao público €/l, países concorrentes, 2025





3

**AS SOLUÇÕES SÃO CONHECIDAS,
FALTA EXECUTAR!**

Para que a economia portuguesa possa crescer de forma mais sólida e sustentada, com ganhos consistentes de produtividade, é suficiente implementar um conjunto de soluções já amplamente debatido e que tem sido alvo de propostas concretas pelo BRP:

1. Aumentar o investimento e o capital por trabalhador. O investimento público deve ser selecionado por retorno económico e social, não por facilidade de execução ou com uma visão estritamente local. O investimento privado deve ser incentivado por instrumentos simples, previsíveis e mensuráveis, orientados para ativos produtivos, I&D, digitalização, automação, energia e capacidade exportadora. A capacidade de execução do Estado e das Empresas é crucial e depende em grande medida da simplificação dos licenciamentos, dos procedimentos de contratação pública e do sentido de urgência dos organismos envolvidos na aprovação e concretização dos projetos.

2. A retenção de talento e a criação de carreiras de maior valor. A redução da carga fiscal sobre o trabalho, a simplificação do IRS e programas de requalificação devem ser articulados com formação em contexto empresarial, doutoramentos empresariais, gestão de talento e integração qualificada de trabalhadores estrangeiros.

3. Alterar o *mix* setorial da economia. É fundamental fazer a transição de um modelo de serviços, baseados na mão de obra intensiva, para uma economia focada no

conhecimento técnico, na indústria e na tecnologia. Só através da alteração gradual deste *mix* setorial será possível aumentar substancialmente a produtividade agregada e, por consequência, os rendimentos reais da população e a riqueza do país.

4. Aumentar a escala das empresas. Isso implica simplificar o IRC, eliminar encargos que penalizam o aumento de dimensão (como por exemplo a derrama estadual), facilitar fusões e sucessões empresariais, reforçar instrumentos de capitalização e usar programas de mentoria e gestão para acelerar o crescimento de empresas com potencial.

5. Transformar o Estado num facilitador previsível. Onde o risco público é controlado, a regra deve ser comunicação prévia, deferimento tácito e fiscalização posterior baseada em risco. Onde a licença é necessária, deve haver prazo vinculativo, responsável identificado e a concentração de pareceres. Na justiça fiscal e administrativa, a redução de pendências deve ser tratada como infraestrutura económica.

6. Melhorar a competitividade energética, com uma abordagem integrada. Considerar a energia como um pilar da competitividade nacional. Sem custos energéticos comparáveis, pelo menos com congéneres europeus, estabilidade regulatória, infraestruturas robustas e menor burocracia, a indústria portuguesa continuará exposta a custos de contexto que dificultam investimento e crescimento.

BRP

ASSOCIAÇÃO
BUSINESS
ROUNDTABLE
PORTUGAL

SOBRE A ASSOCIAÇÃO BUSINESS ROUNDTABLE PORTUGAL

A Associação BRP refere-se a “Associação Business Roundtable Portugal”, uma organização independente, apolítica, não associada ou relacionada com qualquer outra entidade, e de exercício do dever de cidadania das empresas associadas, das suas lideranças, e não de defesa dos seus interesses. Tem como propósito acelerar o crescimento económico e social de Portugal, para garantir um país mais justo, próspero e sustentável. A Associação BRP é composta por 46 líderes de empresas e grupos empresariais de diferentes setores, geografias e fases de desenvolvimento. Em conjunto, acumulam receitas globais de 156 mil milhões de euros, 72 mil milhões a nível nacional, empregam 490 mil pessoas, 230 mil em Portugal, onde pagam um salário duas vezes superior à média do setor privado, e investem mais de 10 mil milhões de euros. A atividade da Associação BRP pode ser acompanhada em www.abrp.pt.